



Manual 2023 Iniciação de Pagamento

Open Payments — A revolução do Open Finance nos meios de pagamento.



Apoio Institucional





Marcelo Martins
CEO do Iniciador

Carta do Fundador

No Reino Unido, o Open Banking atingiu os 6 milhões de usuários em junho de 2022, menos de quatro meses depois de chegar ao marco de 5 milhões, segundo o Open Banking Implementation Entity (OBIE), o que também representou um aumento de 500% em comparação com o ano de 2021. O crescimento exponencial no país coincide com o momento em que o Payment Initiation Service Provider (PISP) - que em português entendemos por Iniciação de Transação de Pagamento (ITP) - está caindo nas graças dos britânicos.

O serviço que tem como premissa facilitar transações de pagamento tem sido popularizado com seu uso em e-commerces e aplicativos, isso porque os consumidores pagam diretamente das suas contas (A2A Payments), sem mais precisar de cartões de débito ou crédito. Por lá, já é possível pagar até mesmo em parcelas por essa modalidade. Esse movimento, segundo estudo da entidade governamental Crown Commercial Service UK, aumentou em 46% o número de conversão nos pagamentos realizados por usuários que utilizaram esse novo fluxo de iniciação para realizar compras.

Para a chefe de engajamento de stakeholders da OBIE, Constanza Feijó, os números evidenciam que a população tem optado por efetuar seus pagamentos de uma maneira rápida, sem atritos e mais segura. Escolhas que todo consumidor faria e que aqui no Brasil não é diferente. A ascensão do serviço de ITP vem junto com a mudança de hábitos ao comprar, principalmente em um mundo que vivenciou períodos longos de isolamento social nos últimos anos por causa da pandemia.

No Brasil, as compras online se tornaram cada vez mais frequentes e caminham para se tornar a primeira opção no gosto do consumidor. Um estudo realizado pelo ConQuist Consultoria, mostra que 71% dos brasileiros já preferem comprar por e-commerce. A hegemonia das compras no ambiente virtual deve passar também pela implementação do ITP no Brasil que, ao meu ver, acontecerá de uma forma ainda mais bem-sucedida do que tem acontecido no UK, pois por aqui já possuímos um ecossistema gigantesco e bem estruturado, o Pix.

Regulado pelo Banco Central, atualmente apenas o Mercado Pago, Banco do Brasil, Itaú, U4C e mais 12 instituições estão autorizados a operar em produção como ITP. Para o consumidor, se tornará algo tão corriqueiro que o usuário final mal se lembrará de como era fazer compras online antes da Iniciação de Pagamento.

Recentemente, a instituição Juniper Research descobriu que o valor das transações globais de pagamento facilitadas pelo Open Banking excederá US\$ 116 bilhões em 2026. Esse boom será impulsionado pelo aumento da conscientização sobre os recursos do Open Finance pelo mundo e parte desse sucesso previsto certamente virá do Brasil. O ITP é o serviço que dará o impulso mais importante para que o Open Finance caia nas graças, no bolso e cotidiano dos brasileiros.



Walter Pereira
Fundador da W Fintechs

Carta do Fundador

Não é de hoje que buscamos simplificar processos. Na verdade, durante todo o percurso do Homo Sapiens no planeta Terra, nós buscamos simplificar as coisas. Primeiro, quando precisávamos caçar para sobreviver, nós criamos ferramentas que pudessem tornar mais eficiente a caça; a partir do momento que começamos a perceber que nem tudo conseguíamos obter sozinhos, começamos a realizar trocas. As trocas do passado estão longe do que hoje chamamos de comércio, mas foi a partir desta primeira expressão de comércio que percebemos que era necessário um meio de troca que fosse fácil de transportar e escasso o suficiente para não perder valor, nasceram as moedas, baseadas nos metais preciosos como prata e ouro.

Com o tempo, simplificamos ainda mais estas trocas até que em um dado momento surgiu o dinheiro em papel. Este foi um grande marco para nós, porque além de representar uma grande simplificação na forma como realizávamos pagamentos, também representou a escalada daquilo que hoje sustenta o sistema financeiro: a confiança. Ao depositar nossa confiança em um pedaço de papel, estamos depositando nossa confiança na verdade em todo um sistema que acreditamos que cumprirá as regras pré-estabelecidas e os compromissos assumidos.

O sistema financeiro nada mais é do que um grande sistema baseado em confiança e esta confiança se baseia em informação. Quanto mais informação temos sobre aquele que emprestamos dinheiro ou fizemos acordos, mais confiança teremos no sistema. A simplificação nos traz inovações e talvez o Open Finance seja uma das nossas maiores demonstrações de progresso. O Open Finance nada mais é do que o conjunto de tudo o que já fizemos como espécie humana e, principalmente, um ato de renovação da confiança que depositamos no sistema financeiro.

Através do Open Finance, conseguimos não só garantir mais confiança dentro do sistema financeiro – uma vez que aumentamos a disponibilidade de informação sobre os mutuários, por exemplo – como também conseguimos simplificar e melhorar processos – como simplificar a forma como efetuamos pagamentos, através da iniciação de pagamentos, e melhorar os modelos de análise de créditos, através dos dados compartilhados.

O Open Finance abre um enorme espaço para as instituições financeiras tradicionais inovarem, bem como para as fintechs desenvolverem melhores serviços e competirem ainda mais com os incumbentes. Particularmente, não acredito que o Open Finance seja um jogo de soma zero, ou seja, acredito que todos neste ecossistema ganharão e precisarão cooperar para que novos produtos e serviços possam ser criados. Como veremos nos próximos capítulos, o Open Finance é uma infraestrutura que possibilita a criação de novos serviços e produtos que visam melhorar a vida do consumidor, e entre os seus serviços a iniciação de pagamentos é um deles.

Espero que a partir da leitura deste documento você consiga expandir ainda mais sua visão em relação às oportunidades do Open Finance e que os próximos anos sejam prósperos para o amadurecimento deste ecossistema.

Boa leitura!

Neste manual você irá encontrar

O objetivo deste material é ajudá-lo a entender e dimensionar as oportunidades que o Open Finance desbloqueia dentro do sistema financeiro nacional. Então, você encontrará:

Key Insights | [pág 5](#)

Uma breve história do Open Finance | [pág 7](#)

Open Finance regulado | [pág 14](#)

Iniciação de Pagamento: o que é e quais são os casos de uso internacionais | [pág 21](#)

Nova fase do sistema de pagamento brasileiro | [pág 33](#)

Compliance Regulatório | [pág 43](#)

Cases de Iniciação de Pagamentos | [pág 48](#)

Visão dos especialistas | [pág 55](#)

Sobre a plataforma Iniciador | [pág 70](#)

Key Insights



As primeiras expressões de compartilhamento de dados financeiros surgiram a partir de iniciativas do próprio mercado; só quando os reguladores reconheceram os benefícios e as potencialidades, negativas e positivas, que a prática passou a ser regulada.



Estima-se que mais de 80 países estão com a prática regulamentada, ou em discussões já avançadas. Mas quatro ecossistemas de compartilhamento de dados regulados se destacam globalmente, sendo eles Reino Unido (com o Open Banking), Europa (com o Open Banking), Austrália e Brasil (com o Open Data e Open Finance, respectivamente)

O Reino Unido alcançou 6 milhões de usuários em seu Open Banking. Em relação ao Espaço Econômico Europeu, o Reino Unido tem a maior adoção de serviços criados a partir do Open Banking. Os motivos se devem as medidas que os reguladores britânicos tomaram ao longo da implementação, como o monitoramento do ecossistema e a padronização das APIs.

Key Insights

3

A indústria de cartões foi uma grande evolução na forma como realizamos pagamentos. Mas ao longo de sua história, à medida que ela incluía mais intermediários, tornava o processo mais caro para os comerciantes e os clientes. A iniciação de pagamentos reduz os custos operacionais, uma vez que possibilita a transferência direta de fundos de conta para conta (account-to-account – A2A).

4

O sucesso de um ecossistema de Open Finance regulado será pautado não apenas pelo regulador, mas sim por como a indústria responderá as medidas regulatórias e como ela criará serviços e produtos que facilitarão a vida dos seus clientes. Atualmente, já é possível ver a indústria financeira brasileira se movimentando para entregar novas soluções para os seus clientes, com casos de destaques como o Banco do Brasil, Magalu e Mercado Pago.

5

O Open Finance no Brasil está ainda engatinhando e estamos começando a entender como ele pode impactar positivamente o sistema financeiro. Estamos na transição do momento de estabelecimento (quando o mercado ainda está entrando em conformidade com a regulação e estudando suas oportunidades) para o momento de escala e colheita dos benefícios por parte das empresas e sociedade. A iniciação de pagamento é o começo desta transição.

Uma breve história do Open Finance

Uma breve história do Open Finance

Compartilhar informações financeiras não é algo novo – na verdade, é a base do sistema financeiro.

Historiadores financeiros dizem que a história dos bancos começou na Europa, especificamente na Itália, quando famílias muito ricas começaram a fazer empréstimos para empresários e pessoas comuns. Já naquela época, combater a assimetria de informação – ou seja, um lado ter mais informação que o outro – era um dos principais desafios dos primeiros banqueiros do mundo.

Famílias de banqueiros conhecidos, à época, como Peruzzi, Bardi e Médici, foram responsáveis por financiar e garantir as viagens e o comércio que impulsionaram o desenvolvimento do mundo.

Em si, a formação de um banco representava uma imensa transformação na maneira como confiamos e permitimos que inventos sejam criados, justamente porque refletiam três conceitos básicos da economia:



Era caro um indivíduo elaborar apenas um contrato de empréstimo. Através de um banco, era possível redigir milhares de contratos, o que reduziu o custo e resultou em uma economia de escala;

Espalhando os empréstimos geograficamente, os bancos da época reduziram o risco de crédito ruim, o que representou uma diversificação de risco;

Na época, os comerciantes queriam guardar seu dinheiro, outros desejavam pedir dinheiro emprestado, desta forma, os bancos passaram a “tomar empréstimos no curto prazo e fazer empréstimos no longo prazo”, o que fez com que os bancos usassem o dinheiro dos depósitos como dinheiro emprestado para multiplicar os lucros e ter um alto retorno sobre o capital investido dos proprietários — através dos juros, por exemplo;

Uma breve história do Open Finance

O fato de termos bancos reunidos em uma região também remete-se as tentativas de reduzir a assimetria de informação

O fato de termos bancos reunidos em uma região—à exemplo, Faria Lima e Wall Street —, também remete-se a esse tempo, uma vez que o agrupamento permitia o compartilhamento de boas práticas bancárias e informações, resultando em uma redução de assimetrias de informação—sobre os mutuários, por exemplo.

Desde então, os bancos se estabeleceram como uma das principais fontes de financiamento e como impulsionadores do desenvolvimento do comércio.

Nas décadas de 1990 e início dos anos 2000, os bancos passaram por uma grande transformação digital

O aumento da capacidade no processamento de dados, o surgimento dos computadores pessoais e as melhorias na velocidade da internet possibilitaram aos bancos uma nova oportunidade de relacionamento com seus clientes.

A experiência bancária através de um navegador de internet permitiu que os bancos melhorassem e atualizassem continuamente a experiência do usuário.

Em 1995, por exemplo, o Unibanco lançou uma campanha com Bill Gates como garoto propaganda para divulgar sua iniciativa de home-banking, definida como “ter um banco inteiro em cima da sua mesa”.



Campanha Unibanco – 1995
Créditos: YouTube

Uma breve história do Open Finance

Empresas passaram a oferecer serviços de gerenciamento financeiro oferecendo uma visão agregada para os usuários

Esta modernização tecnológica nos bancos, tanto no Brasil quanto ao redor do mundo, garantiu ao setor bancário um certo vanguardismo em relação a introdução de novas tecnologias.

O cenário começou a ficar interessante com o advento dos softwares para computadores pessoais e o crescimento na adoção da computação nas nuvens, fazendo outros players – fintechs, por exemplo – ofertarem soluções que possibilitavam uma nova forma de se relacionar com as finanças pessoais ou empresariais.

O surgimento de softwares de gestão financeira de terceiros trouxe uma série de novas funcionalidades que os softwares bancários da época ainda não ofereciam.

Os primeiros exemplos foram os softwares de contabilidade e declaração de impostos que originalmente dependiam dos usuários para baixar seus dados bancários em uma planilha e depois importá-los para estes softwares de terceiros.

Empresas como Intuit e Mint passaram a oferecer serviços de gerenciamento financeiro, oferecendo em um único lugar o monitoramento de contas bancárias, empréstimos, cartão de crédito e investimentos em uma visão agregada com informações de diferentes instituições financeiras.

Mas o grande desafio era que nem todos os bancos ofereciam a funcionalidade de exportar os dados para uma planilha. E também nem todo usuário gostava de ter este trabalho.

Desta forma, maneiras alternativas de compartilhamento de dados financeiros foram adotadas por estes provedores terceirizados (TPPs).



Uma breve história do Open Finance

Sem uma regulação que especificasse a maneira como essas TPPs poderiam acessar os dados financeiros dos clientes – e também que obrigasse os bancos a fornecerem estes dados – estes provedores terceirizados passaram a adotar duas práticas comuns:

Screen Scraping

Através de scripts automatizados, as TPPs solicitam o acesso as credenciais do cliente (como login e senha) e coletam itens de dados exibidos no site ou aplicativo dos bancos e guardam estes dados em seus bancos de dados.

Engenharia reversa

Através de um processo de análise do aplicativo/site do banco, o terceiro compreende o código-fonte para identificar quais dados são passados entre o aplicativo e o servidor. Após isso, é desenvolvido APIs próprias, permitindo que interajam com o servidor do banco da mesma forma que o aplicativo/site do banco.

O movimento Market-Driven – ou seja, empresas liderando o compartilhamento de dados, sem uma regulação específica –, foi ganhando forma.

Mas como não havia supervisão de um órgão público ou privado, não era possível saber se a TPP seguia padrões de segurança na transmissão desses dados.

Assim como na época não havia, de forma clara no mercado, a ideia de que o cliente era o dono dos seus dados financeiros e que ele poderia escolher o provedor de serviços financeiros que quisesse. Isto fez com que alguns bancos fossem contra o desenvolvimento deste mercado.

No Brasil, por exemplo, o aplicativo de gestão de finanças pessoais, Guiabolso, foi processado em 2016 pelo Bradesco sendo acusado de ter falhas de segurança no acesso. O banco defendia o uso de um token como forma de proteção ao usuário, assim como pediu ao aplicativo que não coletasse mais os dados dos seus usuários.

Em 2018, o CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) abriu uma investigação contra o banco por “suposto abuso de poder dominante”. Anos depois, o CADE considerou os argumentos do Bradesco “não sustentáveis” e o banco pagou uma multa de mais de R\$ 23 milhões ao órgão e foi obrigado a permitir uma navegação fluida de seus correntistas dentro do aplicativo do Guiabolso.

Não havia, de forma clara no mercado, a ideia de que o cliente era o dono dos seus dados financeiros



Uma breve história do Open Finance

As APIs são as chaves que abrem as portas para o mundo do Open Finance

Players como Intuit, Mint e Guiabolso já mostravam o potencial de uma infraestrutura de compartilhamento de dados financeiros. Através do screen scraping ou do uso de APIs próprias desenvolvidas a partir da engenharia reversa, estas TPPs forneceram aos seus clientes uma experiência personalizada e uma visão holística sobre finanças pessoais ou empresariais.

Mas o processo de screen scraping e de engenharia reversa são custosos para as TPPs. Qualquer alteração na tela ou no código-fonte do aplicativo/site do banco, resultará em uma reconstrução do processo de leitura de dados. Também sem uma regulação, muitas vezes não há uma padronização técnica, o que faz o banco ter que investir ainda mais em processos de segurança. Isso impacta o amadurecimento do ecossistema de compartilhamento de dados.

Desta forma, diversos países adotaram práticas reguladas de compartilhamento de dados financeiros. Na abordagem onde o regulador lidera a implementação – ou faz recomendações –, há diversos critérios prévios – desde segurança à regras de participação – que são estabelecidos pelo regulador. Também, muitas vezes, o regulador estabelece um padrão comum de API, fazendo com que todos os participantes sigam os mesmos padrões técnicos.

As APIs são as chaves que abrem as portas para o mundo do Open Finance.

É por meio das APIs que uma TPP se comunica com uma instituição financeira e troca dados financeiros e, a grande novidade do Open Finance regulado: inicia pagamentos em nome do cliente

Uma breve história do Open Finance

Esses players só eram capazes de “ler” os dados dos usuários; eles não eram capazes de fornecer funcionalidades transacionais

No movimento Market-Driven, os aplicativos de gestão de finanças pessoais – como Guiabolso, Olivia e CrediGo –, permitiram ao usuário ter uma visão holística sobre suas finanças e, em alguns casos, receber recomendações para melhores tomadas de decisões financeiras.

O movimento de Open Finance liderado pelo mercado foi capaz de mostrar os potenciais benefícios do compartilhamento de dados financeiros.

Independente da forma como esses aplicativos obtinham estes dados (seja via screen scraping, engenharia reversa ou outro modo, mas sempre com o consentimento do usuário), esses players foram fundamentais para preparar previamente a população brasileira para um ecossistema regulado.

No entanto, esses players só eram capazes de “ler” os dados dos usuários, o que significava que, embora os serviços de agregação pudessem extrair os dados bancários de seus usuários, eles não eram capazes de fornecer funcionalidades transacionais. Por exemplo, se um usuário, depois de consultar os saldos de sua conta no Guiabolso, decidiu fazer uma transferência para uma de suas contas conectadas ao aplicativo, ele teria que abrir o aplicativo do banco, fazer login e fazer ele mesmo essa transferência.

Com o Open Finance regulado no Brasil, os participantes dentro deste ecossistema podem não só ler as informações, como, em alguns casos, “gravar” dados utilizando as APIs disponibilizadas pelo Banco Central do Brasil e construídas em conjunto com a indústria financeira brasileira.

Open Finance regulado

Open Finance regulado

O Brasil está entre os muitos países que estão implementando infraestruturas reguladas de Open Finance. Estima-se que mais de 80 países estão com a prática regulamentada, ou em discussões já avançadas.

Algumas jurisdições – como a Europa, Índia e Reino Unido – desenharam estruturas de compartilhamento de dados com particularidades interessantes. O objetivo deste capítulo será analisar as diferentes (e principais) abordagens de implementação, dando ênfase à iniciação de pagamentos.



O primeiro país que será abordado é o **Reino Unido**. O Reino Unido se destaca pela maneira plural e monitorada que implementou uma estrutura de compartilhamentos de dados bancários. Foi o primeiro país do mundo a implementar uma regulação à respeito e a possibilitar pagamentos via o Open Banking.



A **Europa** adotou um modelo de implementação com algumas semelhanças com o Reino Unido, mas não obrigou os participantes a utilizarem APIs padronizadas, o que impactou a adoção de pagamentos via Open Banking. Na Europa também não houve monitoramento do amadurecimento do ecossistema, como o feito pela OBIE no Reino Unido.



A **Índia** se destaca por uma série de medidas anteriores ao Open Banking. Uma reformulação ambiciosa de sua infraestrutura digital possibilitou a criação de uma identidade digital e a evolução do seu sistema de pagamentos, com a introdução do UPI.

Nos EUA, o Open Banking é liderado pelo mercado, mas há grandes indícios de uma regulação, após o início de várias consultas públicas.

No Reino Unido, há expectativas de uma expansão do escopo de dados compartilhados, após a revisão do PSD2.



Na Colômbia, os reguladores editaram um decreto relacionado ao sistema de pagamentos, e implementaram a figura do provedor de iniciação de pagamento. Espera-se que os padrões técnicos sejam definidos até o final de 2023.

No Brasil, há evoluções na adoção da figura regulatória de iniciadores de pagamento, bem como na evolução das chamadas das APIs.

Na Índia, há avanços relacionados aos agregadores de conta; e espera-se que o UPI se torne interoperável internacionalmente, iniciando com países asiáticos.

Na Austrália, o CDR está em expansão para outros setores da economia. Espera-se também que o país aborde a iniciação de pagamento em breve.

Open Finance regulado



O Reino Unido se destacou por ter sido o primeiro país do mundo a implementar uma regulação relacionada ao compartilhamento de dados bancários e, também, por ter adotado um modelo de implementação que tem sido replicado (em boa parte) por outras jurisdições.

Antes da implementação de uma estrutura regulada de Open Banking, o país contava com alguns players de gestão financeira que utilizavam o screen scraping e engenharia reversa para acessar os dados financeiros dos seus usuários.

O país também contou com uma iniciativa chamada Midata, criada em 2011 e lançada em 2015 pelo Departamento de Negócios, Inovação e Competição. A iniciativa foi apoiada voluntariamente pelos bancos e tinha como objetivo fornecer dados de transações de contas para download em um formato de planilha. Os clientes baixavam estes dados e depois outros provedores, como os gerenciadores de finanças (TPPs), analisava-os e faziam recomendações financeiras.

No entanto, o Midata não foi adotado amplamente pela população. Os problemas com User Experience (UX) são considerados o principal motivo para seus resultados não satisfatórios. Mas serviu como um bom aprendizado para os reguladores para o Open Banking que seria implementado anos depois.

No ano seguinte ao seu lançamento, 2016, o órgão que supervisiona a competição no mercado britânico (CMA – Competition and Markets Authority) publicou um relatório onde analisou a concentração bancária que o mercado apresentava, bem como os impactos que isso causava aos clientes.

O relatório indicou uma série de “remédios” que poderiam ser adotados para aumentar a competição no mercado bancário, entre eles, estavam a possibilidade de compartilhar dados dos clientes e iniciar pagamentos, ambos com consentimento prévio do cliente. E os 9 maiores bancos do Reino Unido, conhecidos como CMA9, seriam obrigados a participar.

O fato de existir a figura de “iniciador de pagamento” na regulação britânica, possibilitou o surgimento de diversos novos players, bem como aumentou a inovação no setor de pagamento britânico.

Para implementar este ecossistema, foi criado um grupo de trabalho, chamado Open Banking Working Group, com representantes de bancos, TPPs, acadêmicos que faziam recomendações e traziam à discussão insights que poderiam tornar esta nova infraestrutura realmente em algo benéfico para a indústria e consumidores.

Tempos depois, o CMA estabeleceria uma entidade de implementação para escrever os padrões, construir a infraestrutura de suporte e coordenar e conduzir a implementação, nascia então a OBIE (Open Banking Implementation Entity). A entidade também ficou responsável por monitorar o amadurecimento do ecossistema, o que possibilitou que o país corrigisse rapidamente os erros de implementação.

Nota: apesar do título constar o termo Open Finance, alguns países, como os três citados, implementaram o Open Banking, ou seja, com um escopo menor de dados compartilhados, focado em dados bancários.

Open Finance regulado



Em relação ao mercado europeu, o Open Banking britânico é o com maior adoção.

Adoção do Open Banking pelo mercado europeu:

adoção sendo uma função do número de pessoas usando os serviços disponibilizados pelo Open Banking (iniciação de pagamento + agregação de dados) e a qualidade das APIs

Alta adoção



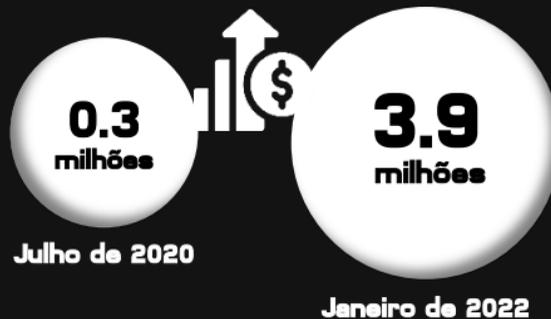
Baixa adoção

Fonte: The Paypers - Artigo: Banking-as-a-Service breaks out, but not yet Open Banking payments

Como veremos no próximo capítulo, os iniciadores de pagamento podem reduzir a fricção na hora de um check-out em um e-commerce, aumentando a conversão, muito por conta de sua estrutura que se diferencia dos cartões de crédito e débito.

Os números do Reino Unido mostram a potencialidade desta prática, quando bem implementada, para o mercado brasileiro.

Sucesso dos pagamentos via Open Banking britânico



Open Finance regulado



Na Europa, a implementação ocorreu conjuntamente ao Reino Unido. Através da implementação da diretiva PSD2 (Payments Services Directive), a Comissão Europeia obrigou os maiores bancos da região a adotarem o compartilhamento de dados bancários através do uso de API.

No entanto, lá não houve a adoção de uma API padronizada. O PSD2 definiu algumas padronizações técnicas e regras de segurança que as TPPs e os bancos deveriam adotar na construção das APIs, mas cada banco ficaria responsável por construir sua própria. A experiência mostrou que a falta de padronização de API fez com que os bancos não criassem documentações claras no início, o que dificultou a experiência do desenvolvedor e, consequentemente, a adoção ao ecossistema.

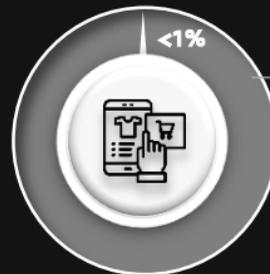
Também não houve um monitoramento do amadurecimento do ecossistema, como aconteceu no Reino Unido através dos esforços da OBIE, isso fez com que os erros de implementação não fossem corrigidos rapidamente.

A Europa discute a revisão da diretiva, denominada agora como PSD3. Entre os principais objetivos desta revisão estão a avaliação do sucesso da implementação e se os objetivos foram de fato alcançados, assim como destacar as possíveis correções que devem ser feitas nesta nova diretiva.

No mercado europeu, não houve um desenvolvimento significativo dos iniciadores de pagamento. **Devido à fragmentação dos padrões de API e a baixa qualidade das APIs disponibilizadas pelos bancos europeus, o mercado europeu não viu uma rápida adoção dos iniciadores de pagamento, como o mercado britânico.** Como mostra a figura abaixo, os mercados evoluíram a taxas diferentes e o faturamento atual dos provedores de iniciação de pagamentos representa apenas cerca de 1% do faturamento total do comércio eletrônico europeu.

A revisão do PSD2 buscará entender os desafios que os players do mercado encontraram ao longo da implementação, principalmente em relação ao acesso a contas digitais.

Provedores de iniciação de pagamento



EU E-COMMERCE
(2022 - Estimado)

Open Finance regulado



A Índia tem um projeto ambicioso de digitalizar sua economia. Apelidado de "India Stack", o plano do governo local é promover uma reforma ambiciosa em sua infraestrutura digital, destravando uma série de benefícios para os seus cidadãos, bem como aumentando a competição em setores importantes da economia, como o setor financeiro.

O lançamento do Aadhaar, em 2010, fez com que os indianos pudessem obter um número de identificação único. O objetivo motivador para a introdução desse sistema nacional de identidade digital foi ajudar a melhorar a prestação dos serviços governamentais. Mas os indianos podem utilizar esta identificação tanto em serviços públicos quanto em serviços prestados pela iniciativa privada.

Além disso, a Índia, em 2016, implementou um sistema de pagamento instantâneo que serviu como referência para o Sistema de Pagamentos Instantâneos do Brasil.

O UPI (Unified Payments Interface) foi uma evolução resultado de uma série de reformas que o Reserve Bank of India (RBI - o banco central indiano) fez no sistema de pagamento indiano. Em 2007, o RBI criou a National Payments Corporation of India (NPCI). A criação deste órgão resultou em uma série de medidas para modernização do sistema de pagamento.

Por exemplo, em 2011, o NPCI lançou o Aadhaar Payments Bridge (APB) e o Aadhaar Enabled Payments System (AEPS), que usam o número do sistema de identidade digital do país como chave central para canalizar os benefícios e subsídios governamentais.

Com o crescimento do ecossistema fintech da Índia, que também passou a ofertar novas formas de realizar pagamentos, os meios de pagamentos vigentes não possibilitavam a interoperabilidade com esses novos provedores. Um sistema existente estabelecido pela NPCI, o Immediate Payment Service (IMPS), permitia pagamentos instantâneos de transferência eletrônica interbancária 24 horas por dia, 7 dias por semana, mas era interoperável apenas dentro do setor bancário e, portanto, ficava disponível apenas para o segmento da população que detinha uma conta bancária.

Para incentivar uma interoperabilidade mais ampla e fornecer um produto fácil de usar sobre o IMPS existente, o NPCI introduziu, em 2016, uma interface unificada para pagamentos, o UPI, que permitiu que bancos e não bancos operassem entre si. Essa nova forma de pagamento forneceu para a população indiana não bancarizada um novo meio de pagamento.

Open Finance regulado



Como vimos, há diferentes formas de implementar um ecossistema como o Open Finance. Em alguns casos, este ecossistema já existe como prática do mercado, ou seja, antes de existir um esforço por parte do regulador o próprio mercado local já criou iniciativas de compartilhamento de dados.

O Reino Unido e a Europa se destacaram pela forma como conduziram a implementação regulada – após observarem as iniciativas do mercado e também estudarem o impacto potencial deste ecossistema –, tanto é que na maioria dos casos de implementação posteriores, os reguladores de outros países se basearam nos objetivos, aprendizados e critérios estabelecidos pelo PSD2.

Embora seja comum vermos reguladores entusiasmados com o impacto potencial que este ecossistema pode trazer ao seu sistema financeiro, também vemos que algumas vezes o regulador do país não aborda especificamente o tema de Open Finance (ou Open Banking) e encara o compartilhamento de dados como uma evolução natural do ecossistema de inovação financeira possibilitada por outras medidas já tomadas pelos reguladores, como o caso da Índia onde não há por parte do regulador financeiro uma implementação específica desta infraestrutura, mas há evoluções naturais do próprio mercado que estão respondendo as medidas que os reguladores indianos tomaram ao longo de décadas.

É importante destacar aqui que embora estejamos nos referindo a implementação regulada do Open Finance, ela é apenas uma parte de toda a potencialidade que este ecossistema pode trazer ao sistema financeiro e aos consumidores.

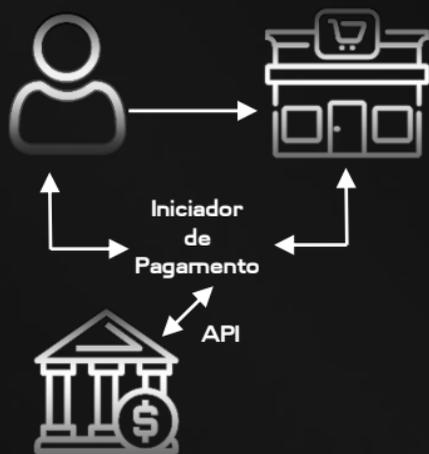
A regulação do Open Finance pode trazer mais participantes – uma vez que em alguns casos o regulador obriga as maiores instituições a participarem deste ecossistema –, mas o que vai fazer com que todos os benefícios possíveis do Open Finance (como o aumento da inclusão financeira, melhores condições de produtos financeiros, aumento da competição, entre outros) sejam atingidos é a maneira como o mercado responderá a isso.



O que quero dizer é que o Open Finance é uma infraestrutura que possibilita a criação de novos serviços e produtos financeiros (como a iniciação de pagamento, que veremos no próximo capítulo) ● ● **condução da implementação desta infraestrutura pode ser feita pelo regulador ou pelo próprio mercado, mas os benefícios só serão conquistados de fato se a indústria financeira for capaz de criar e inovar a partir desta infraestrutura.**

Iniciação de Pagamento: o que é e quais são os casos de uso internacionais

Iniciação de Pagamento: o que é



Como vimos, através da abertura dos dados que estão mantidos nas instituições financeiras, a intenção do Open Finance é desencadear inovação, permitindo que as TPPs e as próprias instituições financeiras possam construir novas ofertas para entregar mais valor aos clientes.

Além de reduzir o monopólio informacional das instituições financeiras, o Open Finance promove mais competição e melhorias nas experiências dos clientes. Mas, como veremos nesta seção, o Open Finance vai além do compartilhamento desses dados. No cenário de pagamentos, o Open Finance pode alterar a forma como consumidores e empresas recebem e/ou pagam, e se tornar uma alternativa eficiente, segura, barata e rápida.

Através da iniciação de pagamento, o que costumava existir apenas por trilhos tradicionais (como os cartões de débito e crédito), ganha agora uma alternativa a ser roteada pelo banco do consumidor e estabelecida diretamente entre o comerciante e o consumidor.

1

Como funciona a indústria de cartão de crédito?

2

Qual a diferença dos esquemas de pagamentos via cartão para o Open Payments?

3

O que os países onde existe o provedor de iniciação de pagamento estão fazendo?

Iniciação de Pagamento:
o que é

Como funciona a indústria de cartão de crédito?

Antes de começarmos a falar da indústria de cartões, gostaria de revisitar um pouco a história das transações. Conforme a humanidade foi evoluindo, fomos aprimorando a maneira como fazemos trocas e efetuamos pagamentos – ou seja, a retribuição por um serviço ou produto prestado ou adquirido. O dinheiro em papel foi uma grande evolução daquilo que outrora era feito a partir dos chamados escambos.

Nossos antepassados, em um dado momento da história, perceberam que nem tudo eles poderiam ter; foi no período que caçávamos o que iríamos comer que presenciamos uma das primeiras experiências de troca do homem. Nem todos conseguiam caçar e caso conseguissem, nem todos tinham acesso ao tipo de animal ou vegetal que o outro caçou ou encontrou. Desta forma, trocar uma determinada quantidade de carne ou vegetal por outra que não tínhamos foi uma das primeiras expressões de troca do homem.

Já utilizamos diferentes meios de trocas. Usamos animais, sal, até chegarmos aos metais preciosos (ouro e prata, especificamente) e no dinheiro em papel. Alguns economistas dizem que nosso progresso esteve muito atrelado ao fato de gostarmos de acumular riquezas – os navegadores europeus que o diga. Transportar mercadorias como sal, animais e outros bens para realizar trocas, além de serem facilmente perecíveis e de difícil transporte, não era uma forma eficiente para o acúmulo de riqueza.

Talvez por isso a indústria de cartões foi um sucesso. O sal – um meio de troca que perdurou durante anos – e os metais preciosos, foram importantes para o nosso desenvolvimento econômico e financeiro. **No entanto, com o surgimento da indústria de cartões de débito e crédito não era mais necessário carregar dinheiro em papel ou cheques. Assim, a consolidação se deu de fato por conta da agilidade e da eficiência que os cartões traziam.**

Os seus benefícios foram muitos, mas tentar entender quando eles surgiram é uma tarefa um tanto quanto difícil. Há várias versões em relação ao surgimento dos cartões. Uma delas, que resgatei no livro do Edson dos Santos (Do escambo à inclusão financeira: a evolução dos meios de pagamento), mostra como as inovações e o surgimento dos inventos que mudaram nossas vidas podem surgir em contextos totalmente inesperados.

Por exemplo, em uma das versões trazida pela historiadora Jennifer Rosenberg, diz que a história dos cartões começou quando Frank McNamara, um executivo de sucesso, foi jantar com mais dois amigos em um renomado restaurante ao lado do Empire State Building, o Major's Cabin Grill, em uma noite de 1949. A historiadora conta que durante o jantar os três estavam debatendo sobre um problema de inadimplência de um cliente da Hamilton Credit Corporation, empresa onde McNamara era chefe.

Iniciação de Pagamento:
o que é

Como funciona a indústria de cartão de crédito?

Esse cliente teve problemas quando emprestou vários de seus cartões de cobrança – que eram disponibilizados em lojas de departamento e postos de gasolina – e não obteve os pagamentos de seus usuários. **A ideia por trás deste sistema era que este cliente emprestava para seus vizinhos os cartões para que pudessem efetuar compras, em troca exigia que estes vizinhos lhe pagassem o custo da compra original mais um dinheiro extra.** Mas muitos desses vizinhos não conseguiram honrar com o pagamento, o que lhe fez recorrer a um pedido de empréstimo para a Hamilton Credit Corporation.

Durante o jantar, após discutir a situação deste cliente, McNamara foi pagar a conta e viu que havia esquecido sua carteira. Unindo a situação do cliente com a sua própria situação, McNamara chegou a conclusão que deveria existir um cartão que pudesse ser utilizado em diversos locais. Nada de tão novo até aqui, mas o que seria uma variável importante para esta indústria era a criação de um intermediário.

Até então, quem quisesse pagar utilizando um cartão deveria andar com vários cartões de diferentes estabelecimentos. Devido à necessidade de carregar cartões de várias lojas e se organizar para pagar tantas contas separadas a cada mês, ficou nítido para McNamara a necessidade de um mecanismo financeiro unificado, que trouxesse mais conveniência e menos fricções.

Então, o chefe da Hamilton Credit Corporation apresentou sua ideia para os seus dois amigos e juntos eles fundaram em 1950 o que chamaram de Diners Club. Ao invés de cada estabelecimento oferecer crédito a seus clientes, a Diners Club seria o intermediário.

Para fazer parte da Diners Club era cobrado uma taxa de associação. Para as empresas que aceitavam o cartão de crédito era cobrado 7% por cada transação, enquanto para os assinantes do cartão de crédito eram cobrados uma taxa anual de 3 dólares.

Nascia ali uma indústria que mudaria completamente a forma como efetuamos pagamentos. Desde então, o processo evoluiu rapidamente. Seja a bandeira Visa, Mastercard, Elo ou qualquer outra, há um processo complexo que ocorre por trás de cada compra que efetuamos através desses cartões.

Estes esquemas de cartões, como chamaremos, atuam como executores de políticas e regulamentos que tornam possível que as transações ocorram. Em geral, os esquemas de cartões são responsáveis por: (I) regular as regras para membros como os adquirentes e os emissores; (II) definir as taxas aplicáveis para as diferentes transações; e (III) manter a rede de cartões para que ela continue permitindo as transações.

Iniciação de Pagamento:
o que é

Como funciona a indústria de cartão de crédito?

O esquema de cartões é também conhecido como “modelo de quatro cantos” (ou “four-corner model”, em inglês), uma vez que envolve quatro participantes: (I) o titular do cartão (consumidor); (II) o emissor do cartão; (III) o comerciante; e (IV) o adquirente.



O titular do cartão é o comprador, que possui o cartão de débito ou crédito oferecido pelo banco; o emissor do cartão são as instituições qualificadas (bancos, por exemplo); o adquirente é a instituição que fornece um contrato de serviço ao comerciante e processa as transações; e o comerciante é o varejista que vende os bens e serviços para o titular do cartão (o cliente). Além desses 4 players, também podem existir os intermediários da operação, como gateways de pagamento, sub-adquirentes, validadores de fraude, entre outros.

Neste processo, os adquirentes pagam algumas taxas para serem membros deste esquema de pagamentos. Quanto mais intermediários existirem para a efetuação da transação, maior será o custo da operação e o repasse aos clientes.

Ou seja, as taxas do esquema de cartões podem variar por diversos fatores, inclusive, pelo volume que aquele esquema processa.



Iniciação de Pagamento:
o que é

Diferenças entre o esquema de cartões e a iniciação de pagamento

Se McNamara transformou toda uma indústria ao criar um intermediário, a iniciação de pagamento transforma novamente ao simplificar este processo e reduzir o número de intermediários. De forma simples, a iniciação de pagamento é um serviço que possibilita a transferência de fundos de uma conta para outra utilizando uma infraestrutura bancária existente. Diferente dos esquemas de cartões, o modelo de iniciação de pagamento traz uma simplicidade em termos de design.

Iniciadores de pagamento podem iniciar pagamentos direto da conta do consumidor, com o seu consentimento prévio, em um modelo conhecido como A2A (Account-to-Account). **A iniciação de pagamento reduz os intermediários e a participação de players que anteriormente faziam a prevenção de fraudes, por exemplo, uma vez que os iniciadores de pagamento manterão contato com os bancos com rígidos protocolos de segurança, muitas vezes estabelecidos na própria regulação de Open Finance de cada país.**

Os esquemas de cartões foram cruciais para a evolução do dinheiro eletrônico. Através deste modelo de transação, alguns países viram uma significativa redução no uso do dinheiro físico.

Mas este modelo muitas vezes é caro para os comerciantes. À medida que o cenário foi ficando mais competitivo, seja através do surgimento de novas formas de pagamento (como sistemas semelhantes ao arranjo Pix) ou com o surgimento de novos players, as taxas cobradas pelos adquirentes foram se reduzindo. No entanto, o Open Payments pode reduzir ainda mais estes custos, justamente por que eles simplificam o processo de pagamento, reduzindo o número de participantes no processo de transação de fundos.

Na próxima página, é possível identificar, de forma visual, a diferença entre os dois modelos. Os 3 maiores benefícios trazidos (e esperados) pela iniciação de pagamento são:



Redução do abandono de carrinho, uma vez que simplifica os pagamentos no e-commerce;



Aumento da conversão e das vendas;



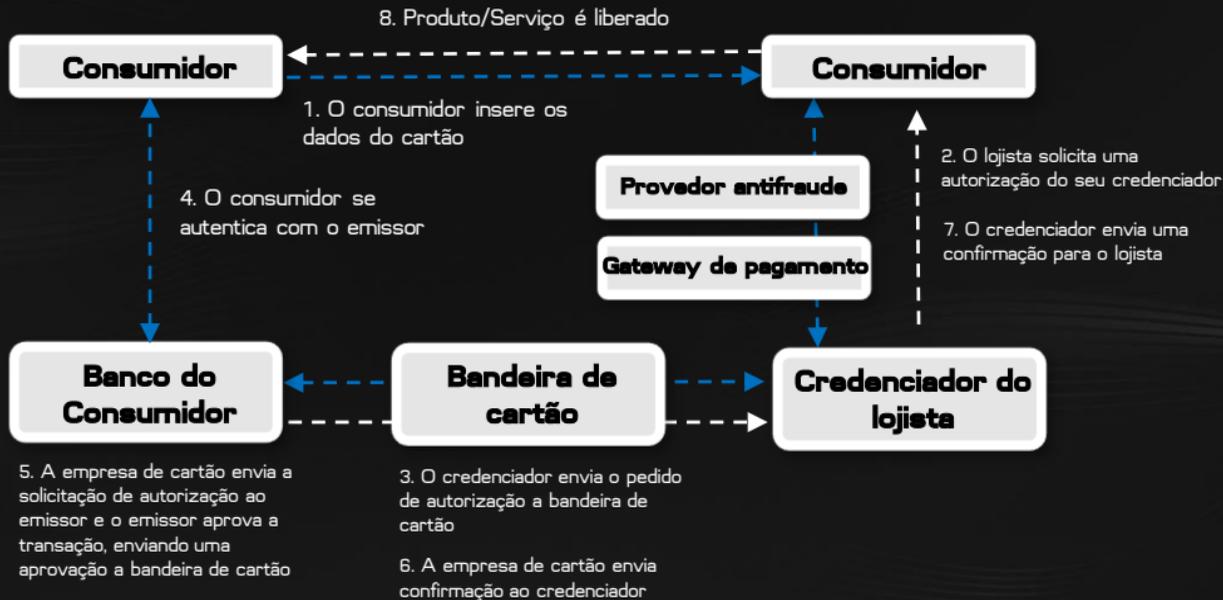
Redução dos custos operacionais.

FLUXO TRADICIONAL SEM O OPEN PAYMENTS

Iniciação de Pagamento:
o que é

Dados - - - - -

Fundos - - - - -



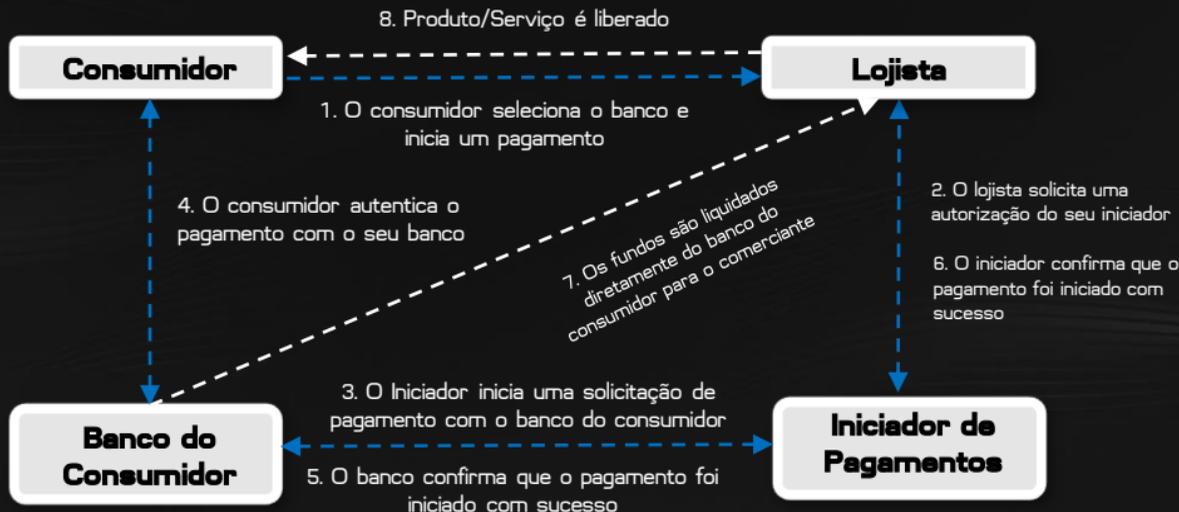
*Fluxo construído pela Tink e adaptado para o manual.

FLUXO TRADICIONAL COM O OPEN PAYMENTS

Inicição de Pagamento:
o que é

Dados - - - - -

Fundos - - - - -



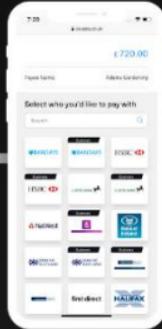
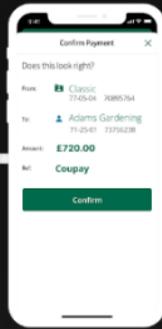
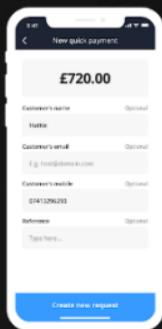
Iniciação de Pagamento: quais são os casos de usos internacionais



No Reino Unido, desde que a regulação entrou em vigor, o número de licenças para agregadores de dados (Account Information Services – AIS) e iniciadores de pagamento (Payment Initiation Service – PIS) está crescendo.

Em iniciação de pagamento, há diversas soluções que foram desenvolvidas desde 2018.

Uma delas é a Coupay. Esta fintech desenvolveu uma ferramenta que permite com que clientes de lojas virtuais paguem de forma simples e diminua as fricções e taxas, anteriormente existentes nos pagamentos via cartões.



O Coupay permite que os clientes de um e-commerce façam uma 'transferência bancária inteligente' em apenas alguns cliques, sem a necessidade de preencher nenhum dado de pagamento.

1

Atende os maiores bancos do Reino Unido.

2

Diminui as fricções na hora do pagamento.

3

Reduz o custo do trilha tradicional de pagamento via cartão de crédito.



O lojista insere os dados do seu cliente e o que eles devem.

Em seguida, o cliente escolhe o seu banco.

Por fim, o cliente confirma o pagamento.

Iniciação de Pagamento: quais são os casos de usos internacionais



WhatsApp

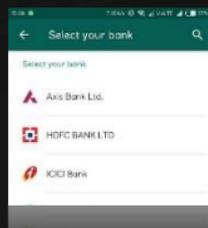
Desde o momento que o NPCI (National Payments Corporation of India) lançou uma interface unificada de pagamentos, o UPI, em 2016, diversos casos de pagamentos emergiram no país.

A ideia dos reguladores indianos, na época, era justamente facilitar a entrada de novos players não bancários no mercado de pagamento, bem como aumentar o nível de inclusão financeira. A nova interface de pagamentos abriu espaço para diversos players estrangeiros participarem deste segmento. Entre os nomes estão Google, com o GPay; Walmart, com o PhonePe; Amazon, com o Amazon Pay; PayTM; e o WhatsApp, com o WhatsApp Pay.

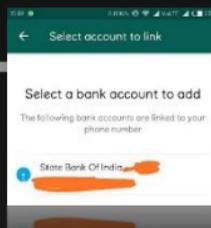
O WhatsApp Pay foi projetado em parceria com o NPCI e permite que seus usuários enviem e recebam dinheiro através do aplicativo de mensagens. No início, a funcionalidade foi lançada apenas para 20 milhões de usuários, dos mais de 400 milhões que utilizam o aplicativo no país.

O WhatsApp Pay é um recurso dentro do aplicativo do WhatsApp que permite aos usuários enviar e receber dinheiro diretamente nas conversas do aplicativo através da plataforma UPI.

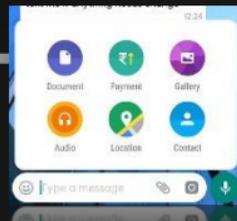
- 1 O WhatsApp envia a instrução aos bancos que iniciarão a transferência de dinheiro via UPI entre as contas bancárias do remetente e do destinatário.
- 2 É importante ter uma conta bancária e cartão de débito na Índia.
- 3 O UPI está conectado com mais de 160 bancos na Índia e o WhatsApp possui mais de 400 milhões de usuários no país.



O usuário seleciona a sua conta bancária.

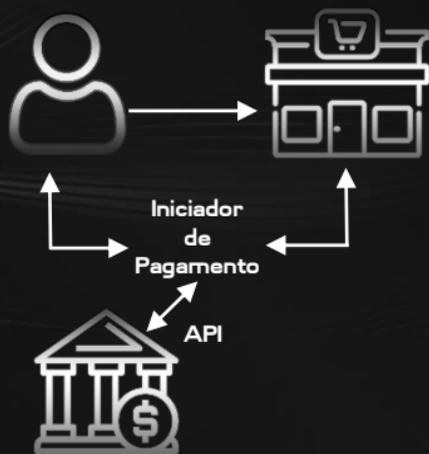


Após inserir algumas informações, a conta bancária estará atrelada ao número de celular.



Agora o usuário pode enviar dinheiro diretamente pelo app.

Iniciação de Pagamento: quais são os casos de usos internacionais

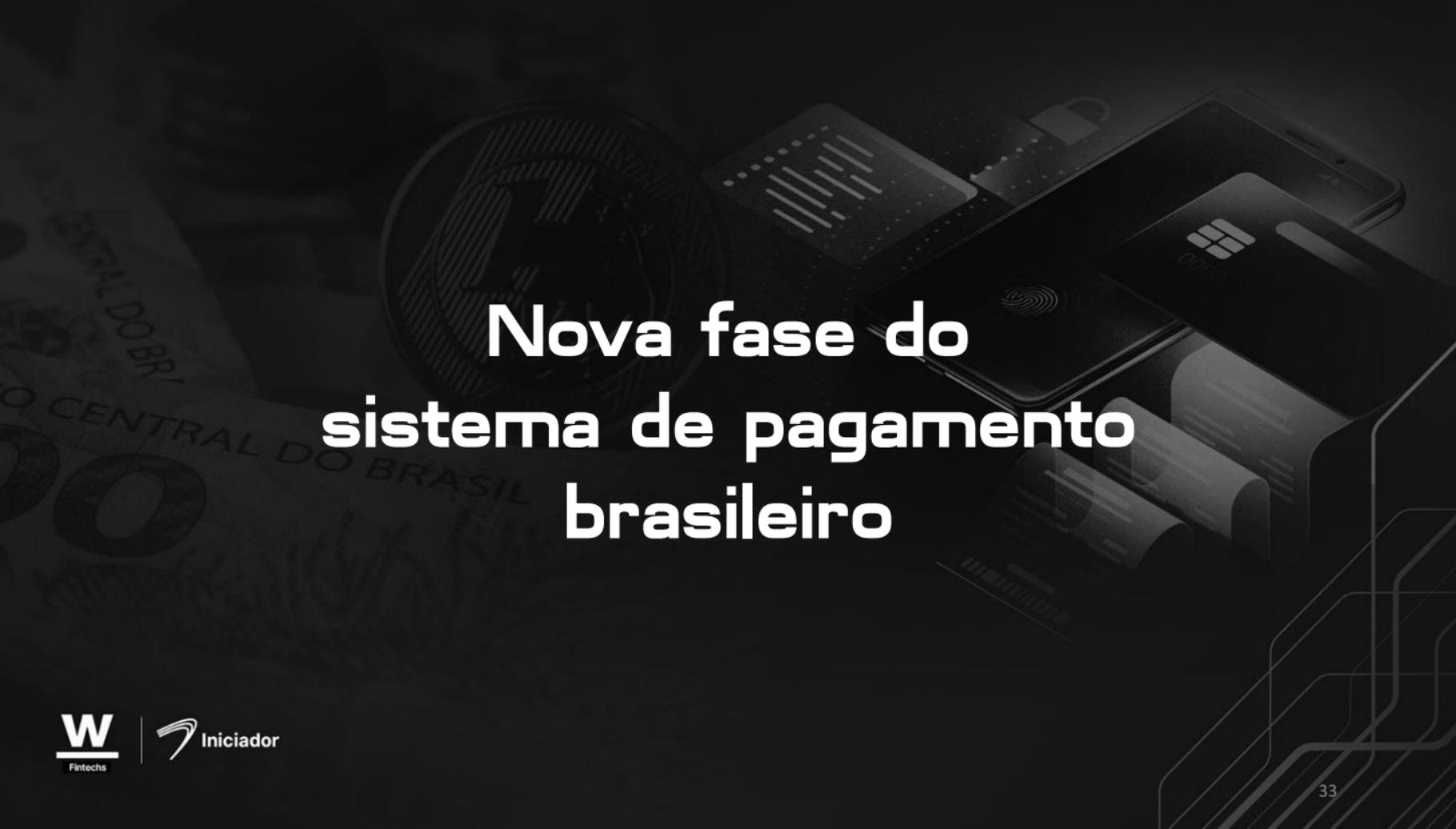


Como vimos no início deste capítulo, desde que começamos a fazer as primeiras práticas de comércio, ou seja, realizar trocas de bens e serviços, aprimoramos a forma como efetuamos o pagamento pelo produto adquirido ou pelo serviço prestado. No passado, aprendemos que o que utilizássemos como meio de troca deveria respeitar alguns critérios como ser fácil de transportar e ser escasso o suficiente a ponto de não perder valor.

O cartão nos proporcionou essas duas características, primeiro em forma de papel depois em formato de plástico. As associações formadas se transformaram em um complexo processo com diferentes atores envolvidos. Durante o jantar na cidade de Nova York, McNamara percebeu que o processo de pagamento com a já existente indústria de "cartões de cobrança" poderia ser aprimorado caso existisse um intermediário – neste caso, a Diners Club, criada por ele e seus dois amigos que estavam presentes no jantar. No entanto, se a intermediação foi a grande inovação da época, a simplificação promovida pelos iniciadores de pagamentos possibilita o surgimento de diversos novos casos de usos

No Reino Unido, como vimos, é possível ver o surgimento de diferentes fintechs oferecendo soluções a partir da infraestrutura de Open Banking. **É notável que as características presentes durante a implementação, como citado no capítulo anterior, foram fundamentais para que o mercado britânico fosse capaz de criar novos produtos e serviços dentro deste ecossistema.** Na Índia também é possível observar que a partir do UPI vários players com operação no país estão ofertando serviços que visam facilitar a vida financeira de seus usuários – como o caso do WhatsApp.

Como mencionado no capítulo anterior, o que vai dizer o sucesso de um ecossistema de Open Finance é, fundamentalmente, como a indústria de cada país utiliza desta infraestrutura para criar novos produtos e serviços. No próximo capítulo, abordaremos sobre como o nosso sistema financeiro evoluiu, sobretudo, desde a implementação do Plano Real, em 1994, e como as medidas recentes do regulador financeiro brasileiro tem possibilitado o desbloqueio de diversas oportunidades.



Nova fase do sistema de pagamento brasileiro

Nova fase do sistema de pagamento brasileiro



As transformações recentes no sistema financeiro do Brasil – com o advento do Pix, Open Finance e o futuro Real Digital – exibem o vanguardismo que tanto o Banco Central quanto a indústria financeira brasileira possuem em relação à inovação financeira.

Todas essas novas iniciativas, encabeçadas pelo Banco Central do Brasil, são resultados de um intenso trabalho técnico que os reguladores e a indústria fizeram ao longo das últimas décadas.

Para compreender como chegamos até aqui e quais são as transformações que o Open Payments traz para a realidade brasileira, precisamos antes voltar um pouco na história.

Desta forma, neste capítulo você verá:

- 1** As transformações das últimas décadas no setor de pagamento;
- 2** A implementação e os avanços do Pix;
- 3** A iniciação de pagamento e as expectativas da indústria **(com entrevistas com especialistas do setor)**.





Nova fase do sistema de pagamento brasileiro

As transformações das últimas décadas no setor de pagamento

A década de 1990 foi marcante para a história econômica e financeira do Brasil. Depois de períodos conturbados com altos índices de inflação, em 1994 ocorreu, finalmente, a implementação de um plano econômico que mudaria os rumos institucionais do país: o Plano Real.

Após a implementação do Plano Real, a agenda do Banco Central podia agora não mais focar apenas no controle inflacionário que impactava diretamente a vida de milhões de brasileiros. Foi diante deste novo cenário macroeconômico, que o Banco Central do Brasil começou novas iniciativas no sistema de pagamento do Brasil.

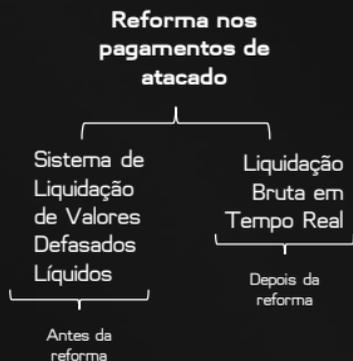
Em 1997, um projeto de reforma dentro do nosso sistema de pagamento começou a ser discutido, inicialmente do lado do atacado, ou seja, com operações envolvendo bancos e com valores monetários significativos, mas quantidades de transações menores.



Até o início do século XXI, o nosso sistema de pagamento se estruturava num sistema de câmaras de compensação segmentadas por setores do mercado de pagamento. Essas câmaras executavam a liquidação das transações através do Sistema de Liquidação de Valores Defasados Líquidos. Isso fazia com que as transações fossem registradas ao longo do dia e compensadas ao final dele para assim ser realizada a transferência final dos fundos junto ao Banco Central.

Devido à defasagem de liquidação, isso resultou em uma grande exposição a risco sistêmico e, conseqüentemente, permitiu saldos a descoberto. **Estimativas da época mostram que o valor a descoberto diariamente estava em torno de R\$ 8 bilhões. Diante desta fragilidade do nosso sistema de pagamento, em 1999 foi elaborado o projeto de constituição do SPB (Sistema de Pagamentos Brasileiro) com a intenção de implementar um sistema de Liquidação Bruta em Tempo Real.**

Nova fase do sistema de pagamento brasileiro



A partir de agora, os pagamentos no atacado não dependiam mais do sistema antigo – ou seja, do registro de múltiplas transações ao longo do dia e de sua compensação ao final dele para que fosse realizada a liquidação e transferência final de fundos entre as contas –, agora, cada transação passava a ser liquidada de forma individualizada, de forma bruta e em tempo real.

Os avanços tecnológicos da época possibilitaram também a introdução de um sistema de mensageria próprio e padronizado, que ficou responsável por toda a comunicação entre os diferentes players do SPB.

Dali em diante, o Banco Central foi expandindo este novo sistema para o mercado de varejo, ou seja, transações entre Pessoas Jurídicas e Pessoas Físicas. Em 18 de abril de 2002, através da Circular n. 3115., o BCB introduziu o Transferência Eletrônica Disponível (TED) que possibilitou a transferência interbancária entre contas dos clientes Pessoas Físicas ou Jurídicas.

O novo sistema de pagamento consolidou a liquidação centralizada no Banco Central pelo novo sistema de liquidação bruta em tempo real (o Sistema de Transferência de Reservas – STR), e na câmara de liquidação operada pelos bancos, a Câmara Interbancária de Pagamentos – CIP.

As transações passaram a serem liquidadas conforme chegavam ao sistema do Banco Central e com a liquidação bruta em tempo real se tornou impossível a ocorrência de saldos a descobertos nas reservas bancárias, bem como reduziu-se o risco sistêmico.

A introdução deste novo sistema de pagamento não só colocou o Brasil na vanguarda da inovação financeira como também possibilitou com que a autoridade monetária ganhasse ainda mais credibilidade no mercado financeiro brasileiro.

Nova fase do sistema de pagamento brasileiro



A implementação do Pix foi consequência desta agenda evolutiva do Banco Central. Após a implementação do SPB, tanto a indústria financeira quanto a autoridade monetária já possuíam experiência em liquidação em tempo real.

A introdução do TED, em 2002, mostrou que era possível levar este modelo de liquidação para o varejo. Desde então, o Banco Central veio estudando como melhorar a eficiência dos pagamentos neste segmento de mercado. Em 2005, o Banco Central publicou o “Diagnóstico do Sistema de Pagamentos de Varejo do Brasil”. Nele, analisou as falhas existentes no mercado até então, bem como as experiências internacionais para implementar iniciativas que o modernizassem.

Em 2013, através da Lei 12.865 de outubro daquele ano, o regulador, observando o surgimento de novos players financeiros (como as fintechs) e também a falta de regulação para alguns segmentos de mercado, ampliou sua atuação e pavimentou um caminho próspero para a inovação financeira no país.

Foi através de todas essas iniciativas, ao longo das últimas 2 décadas, que o Banco Central foi capaz de implementar um sistema que evoluiu, muito, o anterior.

O Pix, ou Sistema de Pagamentos Instantâneos, é um arranjo de pagamento centralizado no Banco Central que comporta a transação de pagamentos instantâneos. O grande diferencial do Pix para o TED, são: velocidade na transferência dos fundos, ser 24/7, sem custo para pessoa física e ter uma experiência do usuário simples e didática. Sendo assim, o Pix trouxe mais flexibilidade e redução das informações que serão necessárias para iniciar uma transação.

Outro diferencial está no processo centralizado de liquidação. No SPB, há um sistema descentralizado com inúmeras câmeras de liquidação que utilizam de diversos arranjos de pagamentos para operar a liquidação da transação. Isso faz com que para uma instituição adentrar dentro do SPB, seja necessário formar inúmeras parcerias, criar uma infraestrutura do seu arranjo ou participar de um arranjo pré-constituído. Isso fez com que o SPB tivesse um alto custo de participação e fez com que a competição ficasse prejudicada, uma vez que poucos poderiam entrar.

Nova fase do sistema de pagamento brasileiro



Com o Pix, o Banco Central criou um o SPI (Sistema de Pagamentos Instantâneo) que centraliza todo o processo em um sistema. É neste sistema que funciona o arranjo de pagamentos instantâneos com a utilização do sistema de Liquidação Bruta em Tempo Real. A liquidação ocorre através da Conta Pix que é de titularidade do participante direto, sendo este o responsável não só por liquidar as transações, mas também de ligar os participantes indiretos ao SPI.

Esta nova estrutura permitiu a entrada de mais participantes no sistema de pagamentos. Enquanto no SPB temos 104 participantes, no Pix há mais de 700 instituições participantes. Este elevado número de instituições que ofertam o Pix permitiu que boa parte da sociedade tivesse acesso a esta ferramenta.

Números do Pix dois anos após o seu lançamento

R\$14 trilhões

em volume transacionado

28 bilhões

de transações realizadas

793 instituições

participantes

143,3 milhões

de brasileiros já usam

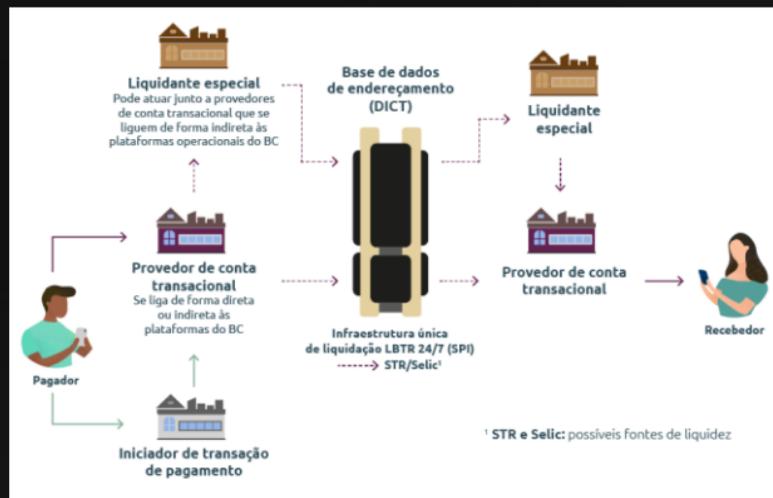
Fonte: Banco Central do Brasil | Valores consolidados de Nov/20 a Nov/22.

Nova fase do sistema de pagamento brasileiro



Após o lançamento do Pix, o Banco Central renovou suas apostas no novo sistema de pagamento editando a Resolução n. 24, em seu artigo quarto, inciso IV, modificando a regulação acerca da figura do Iniciador de Transação de Pagamento (ITP).

Agora, os agentes que se enquadram nessa modalidade podem intermediar transações financeiras entre duas partes sem que detenham, em momento algum, os fundos transferidos na prestação do serviço.



Fonte: Banco Central do Brasil

Roadmap do Arranjo Pix em 2023



Fonte: Banco Central do Brasil

Nova fase do sistema de pagamento brasileiro

A figura de iniciador de pagamento foi incluída em 2020, mas conforme o ecossistema de Open Finance vai sendo implementado e avançando, já podemos ver um crescimento na adoção dos serviços disponibilizados a partir da infraestrutura de Open Finance. No gráfico abaixo com dados do Banco Central é possível observar um crescimento acelerado na quantidade de transações realizadas através da iniciação de pagamentos, atingindo em agosto de 2022 mais de 62 mil transações.

16

Participantes em produção

Em relação aos casos de usos no mercado brasileiro, alguns players locais também estão se movimentando. Há várias possibilidades com o Open Finance, entre elas a criação dos agregadores de dados, como os gerenciadores financeiros para PFs e PJs; o aprimoramento dos modelos de crédito; entre outras possibilidades.

Em relação a iniciação de pagamento, conforme mais instituições vão sendo autorizadas pelo Banco Central a operar como ITP, estes players autorizados vão incluindo novas funcionalidades aos seus produtos e serviços. Como veremos nas próximas páginas, há alguns players fora do setor financeiro, como o Magalu, que já estão incluindo em seus serviços a iniciação de pagamento.

Bancos incumbentes, como o Banco do Brasil, também estão se destacando no fornecimento desta funcionalidade para os seus usuários. Assim, como fintechs como a Cumbuca e a Vanna que incluíram em seus aplicativos a possibilidade de fazer depósitos e cobranças via Pix, por meio da iniciação de transação de pagamento.

Novas funcionalidades da Iniciação de Pagamento em 2023



Compliance Regulatório

Powered by  Grant Thornton

Compliance Regulatório de ITP - Contexto

O regulatório de Iniciador de Transação de Pagamento se dá por meio da regulamentação do **Open Finance**, que criou a figura do Iniciador para intermediar e iniciar as transações de pagamentos via pix no contexto do **Sistema Financeiro Nacional**.

O **Banco Central do Brasil** utiliza-se das normas, **Cartas Circulares, Resoluções, Instruções Normativas e outros normativos** para garantir a segurança, integridade, confiabilidade e eficiência do Sistema Financeiro Nacional.

O **Compliance** das empresas é responsável por **monitorar** continuamente as novas regulamentações e auxiliar, juntamente com Controles Internos, a sua empresa a mapear o ambiente de negócios a fim de **identificar as não-conformidades regulatórias e não regulatórias**, solicitando **planos de ação** para implementação das mudanças necessárias.

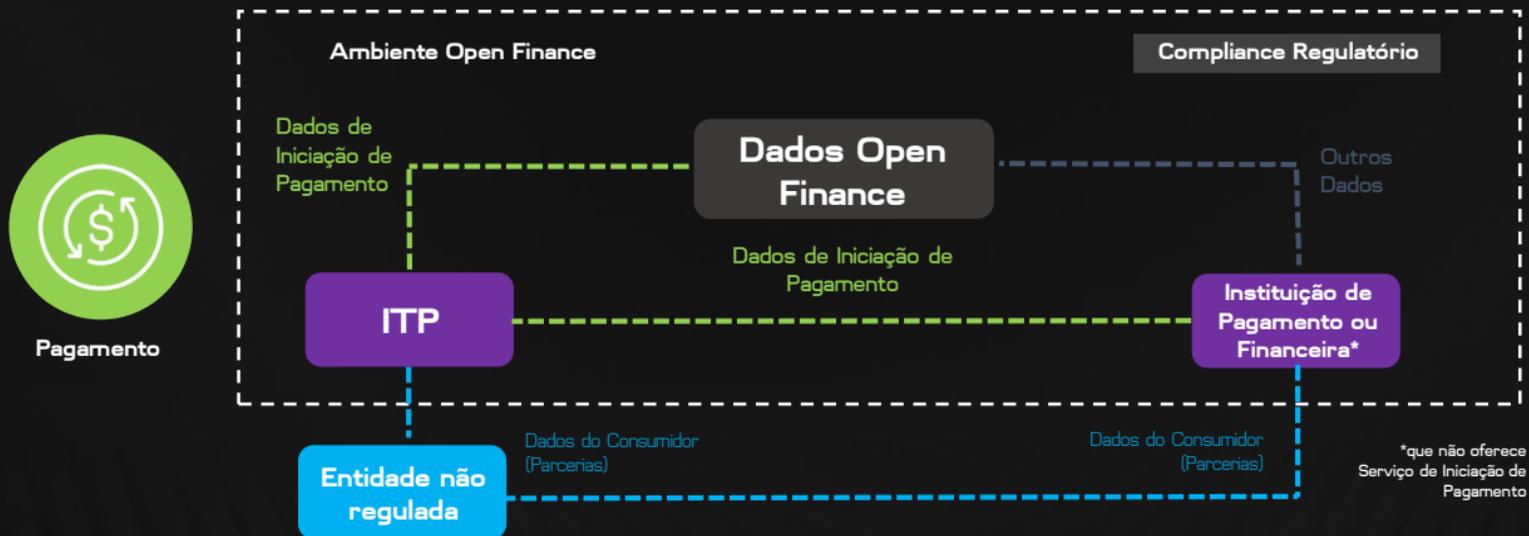
As etapas regulatórias refletem em qual situação ela se encontra quanto à conformidade regulatória perante o Banco Central. São divididas em:

As etapas regulatórias refletem em qual situação ela se encontra quanto à conformidade regulatória perante o Banco Central. São divididas em:



Compliance Regulatório de ITP - Contexto

O Open Finance e o Pix são unidos pela figura do Iniciador de Transação de Pagamento (ITP), uma Instituição de Pagamento regulamentada pelo Banco Central, que viabiliza a compra, venda e movimentação de recursos financeiros.



Ambiente de Controle Regulatório

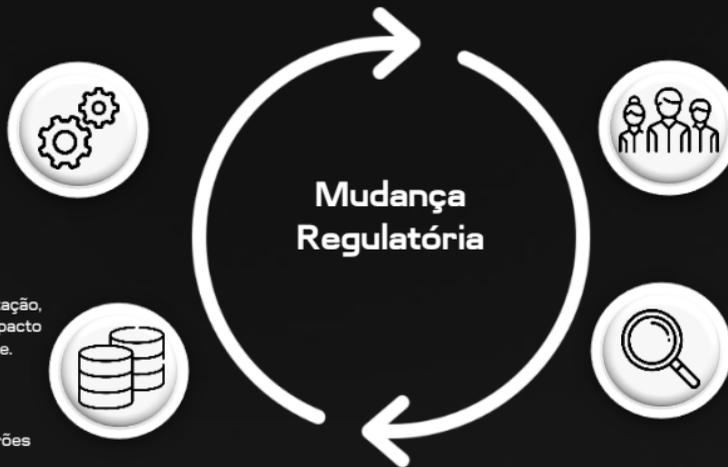
Novas regulamentações são emitidas continuamente pelo Banco Central do Brasil. E impactam diretamente as empresas reguladas. E com uma Estrutura de Gestão Regulatória as Fintechs ganham eficácia para escanear, avaliar e se adequar às constantes mudanças regulatórias.

Governança

- Responsabilidade (Pessoal)
- Fóruns de Governança (Mandato)
- 1º, 2º e 3º Linhas de Defesa
- Matriz RACI

Capacidades

- Habilidades e experiência (interpretação, estratégia de mudança/programa), impacto tecnológico, avaliação do impacto, assurance.
- Ferramentas e Tecnologia (RegTech)
- Processos e interação com políticas e padrões



Ciclo de Mudança Regulatória

- Abordagem para escaneamento de horizonte
- Interpretação das Normas Regulamentadoras
- Avaliação de Impacto, Resposta Estratégica
- Transição para BAU (Operação Normal)

Metodologia de Execução

- Metodologia end-to-end
- Avaliação de Impacto Estratégico
- Resposta – Projetar – Executar – Transição para BAU (Operação Normal)

Desafios e Oportunidades de Compliance Regulatório

A Regulação do Banco Central das Iniciadoras de Transação de Pagamento traz uma série de Desafios para essas empresas se adaptarem e absorverem as mudanças necessárias, assim como oportunidades que podem trazer maior competitividade e iminência de mercado.



Oportunidades

- Agilidade das Fintechs pode ser usada para implementação Regulatória
- Utilização de um Parceiro diminui o custo de observância significativamente
- Implementação de cultura regulatória dá uma vantagem competitiva à empresa perante as concorrentes
- Rápida implementação de novos produtos assim que são emitidos os normativos que os permitem.



Desafios

- Perfil das Fintechs é de pouca familiaridade com Ambiente Regulado
- Dificuldade de implementação de controles adequados ao Compliance Regulatório sem uma Metodologia adequada
- Alto custo de observância
- Resistência da Alta liderança

“

O Banco Central tem se mostrado como um verdadeiro regulador inovador, provendo um ambiente de inovação, competição saudável e consequente melhoria e aprimoramento dos produtos financeiros ofertados pelas empresas.

Cabe às Fintechs ganharem musculatura para estarem adaptadas às rápidas mudanças normativas, garantindo que toda a empresa esteja em conformidade e em dia perante o órgão regulador e a Grant Thornton tem auxiliado muitos desses novos players com esse objetivo.

”

— André Menezes

Cases da Iniciação de Pagamento





Case do Mercado Pago

O Mercado Pago, fintech do Mercado Livre, foi um dos primeiros players do mercado brasileiro a se movimentar em relação a iniciação de pagamento. Em maio de 2022, o Mercado Pago começou a levar a iniciação de transação de pagamento para compras com Pix no e-commerce. O serviço foi disponibilizado inicialmente para 20% dos clientes do banco digital; enquanto 100% da base de vendedores, o que corresponde a 10 milhões de sellers no Brasil, já tinha a funcionalidade disponível.

A experiência de iniciador de pagamento via Pix ocorreu inicialmente através de duas formas:

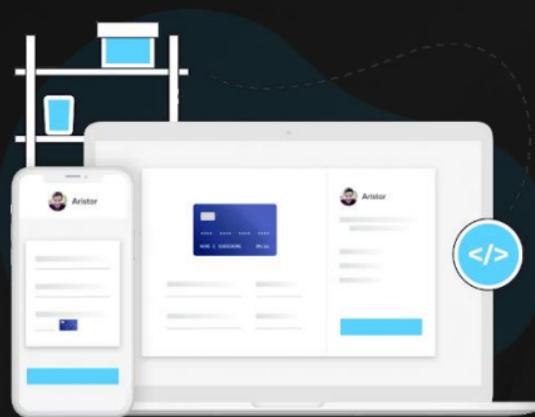


Através do check-out Pro, quando o cliente compra em uma loja online parceira e no momento do pagamento ele é direcionado para o app do banco digital;



Ou a partir da solução de link de pagamento, que é enviado por e-mail, redes sociais ou aplicativos de mensagens.

O grande benefício para o lojista está no aumento da conversão, uma vez que a experiência para o seu cliente se torna mais fluída e diminui as fricções, como fazer com que o cliente abra o Pix "Copia e Cola" e depois vá para a tela do seu banco.



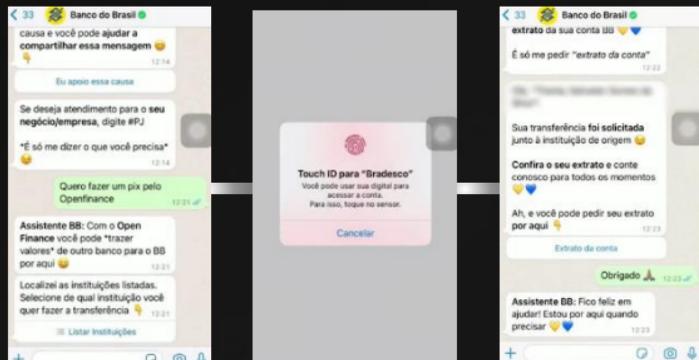
Case do Banco do Brasil



Do lado dos bancos incumbentes, o Banco do Brasil está se destacando em relação aos demais. Ao longo de todo o ano de 2022, o banco lançou diversas funcionalidades relacionadas à gestão de finanças pessoais. Em relação a iniciação de pagamentos, o Banco do Brasil foi o primeiro banco do país a disponibilizar a funcionalidade, tornando possível a transferência de dinheiro de outro banco para uma conta no BB, sem sair do aplicativo do BB.

Inicialmente, a transferência de recursos ficou restrita apenas a 18 instituições financeiras, inclusive os maiores bancos do país, e foi expandida gradualmente para outras instituições financeiras. Além disso, o banco também foi o primeiro no mundo a disponibilizar funcionalidades do Open Finance via WhatsApp, sendo possível solicitar a iniciação de uma transação de pagamento através do aplicativo de mensagens.

Fluxo simplificado do processo de iniciação de transação de pagamentos via WhatsApp do BB



O usuário solicita a iniciação, insere a quantia que deseja e escolhe o banco que quer fazer a transação.

O usuário é direcionado para o banco, onde realiza a autenticação.

Após realizar a autenticação no banco e confirmar o valor, a operação é concluída.

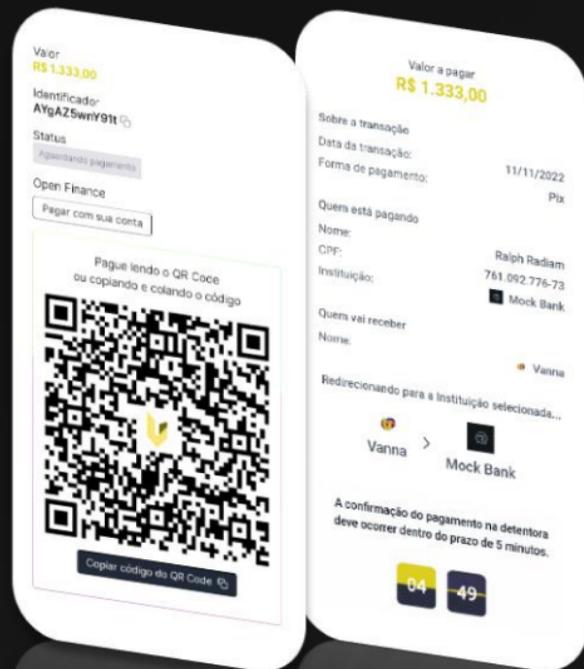


Case do Vanna

A fintech Vanna (plataforma de cobranças para PJs) foi a primeira associada da ABFintechs (Associação Brasileira de Fintechs) a incluir em sua solução de cobrança a opção da iniciação de pagamento.

O fluxo de iniciação de pagamento foi agregado na mesma tela que o QR Code (Pix Cobrança) e a opção de "copia e cola" com o nome para o usuário final como: "Pagar com a sua Conta", assim, simplificando o fluxo de pagamento e aumentando a conversão.

A Vanna utiliza a plataforma Sub-Iniciador (plug-and-play e whitelabel) do Iniciador para viabilizar o fluxo para os usuários com menos custo, menos tempo de integração e mais tempo para pensar no core business.





Case Fintech Magalu

Em setembro de 2022, o Magalu também anunciou que integraria a iniciação de pagamento ao seu e-commerce. A nova funcionalidade começou a ser disponibilizada através do e-commerce de tecnologia e games, KaBum! que também faz parte do grupo.

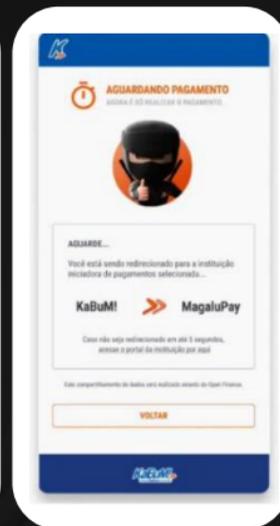
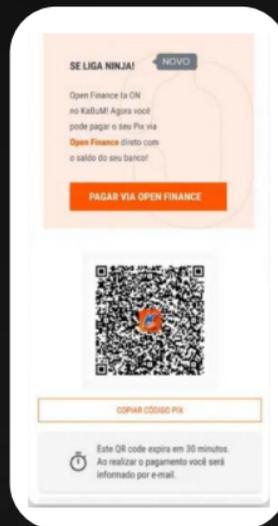
Ao optar por esta funcionalidade, o cliente do KaBum! pode usar o saldo do banco onde possui conta para realizar o pagamento à vista. As expectativas do Magalu com a inclusão desta funcionalidade são:



Melhorar a coordenação de estoque (ou a indisponibilidade da mercadoria) das empresas, uma vez que o pagamento é feito de maneira rápida o que traz vantagens em relação ao boleto, por exemplo, que pode levar até 3 dias úteis para ser compensado, o que obriga o varejista a segurar o produto até a expiração do prazo de pagamento;



Reduzir custos operacionais para as empresas, uma vez que reduz o número de intermediários no processo de pagamento;



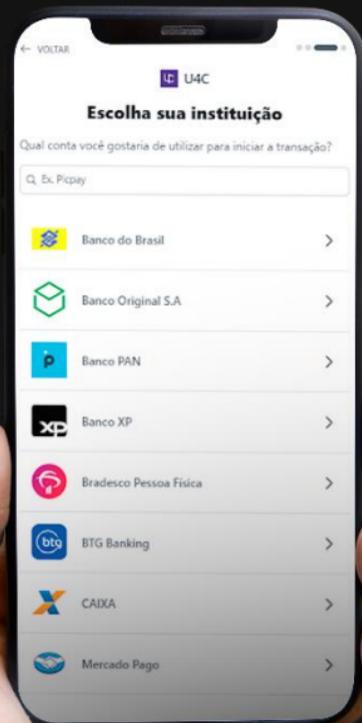


Case da U4C

Em novembro de 2022, a U4C Instituição de Pagamento autorizada (BaaS com soluções para Bancos e fintechs) incluiu na sua solução SaaS a opção de iniciação de pagamento whitelabel.

Agora todos as fintechs clientes da U4C conseguem ter acesso plug-and-play a iniciação de pagamento de uma maneira simples sem se preocupar com as complexidades do Pix, do Open Finance e as regras da interface.

U4C utiliza a plataforma "Licença ITP Própria" (tecnologia SaaS, whitelabel e acompanhamento nas homologações do arranjo Pix e do Open Finance) do Iniciador para viabilizar o fluxo para os usuários com menos custo, menos tempo de integração e mais tempo para pensar no core business.



A nova fase do sistema de pagamento brasileiro

Iniciadores de pagamento no Brasil



Como vimos, o mercado brasileiro tem algumas configurações prévias que possibilitaram o estabelecimento do ecossistema de Open Finance, bem como o surgimento de serviços como a iniciação de pagamento. O Pix, o Open Finance e toda a agenda de inovação do Banco Central são resultados de anos de trabalho técnicos que os reguladores se empenharam a implementar nos últimos anos.

Do estabelecimento de uma moeda capaz de conter o monstro da inflação à implementação de uma reforma no nosso sistema de pagamento capaz de melhorar a eficiência do nosso sistema financeiro e reduzir o risco sistêmico, tudo isso foi necessário e fundamental para o desenvolvimento desta nova fase do sistema de pagamento brasileiro.

Desde o início de 2022, conforme a implementação do Open Finance foi avançando, podemos ver movimentos interessantes por parte do mercado na disponibilização dos primeiros serviços criados a partir desta nova infraestrutura chamada Open Finance.

Podemos dividir o Open Finance em dois grandes momentos: (i) o primeiro momento é o de estabelecimento, quando as instituições financeiras estão ainda se adequando a conformidade regulatória e estudando as possibilidades que o Open Finance desbloqueia – nesta fase, as instituições começam a fazer testes de funcionalidades com grupos pequenos, onde suas versões estão longe de serem as versões finais –; (ii) no segundo momento, há mais conhecimento por parte da indústria financeira sobre as possibilidades e como alcançá-las. É neste momento que a sociedade começa a colher de fato os benefícios do Open Finance.

Estamos na migração para este segundo momento.

Acredito que em 2023 estaremos ainda mais próximos deste segundo momento, embora algumas instituições ainda estejam entrando no primeiro momento ou estejam próximas de completar esta primeira fase desta maratona chamada Open Finance. Nas próximas páginas, entrevistamos algumas personalidades que são referência no mercado de Open Finance brasileiro. O objetivo destas entrevistas foi, principalmente, trazer a perspectiva de quem está com a mão na massa na construção deste ecossistema.



Visão dos especialistas

Visão dos especialistas

Desafios em tecnologia

Como todos sabem a tecnologia tem um papel fundamental no setor financeiro, e nós brasileiros somos reconhecidos mundialmente pela adoção rápida de produtos financeiros digitais, no qual só são possíveis através da implementação de tecnologias de ponta. Um exemplo é o Pix e isso se torna ainda mais evidente com a evolução do Open Finance. O Open Finance é um movimento que busca tornar os serviços financeiros mais acessíveis, transparentes e inclusivos usando tecnologia seguras e inovadoras.

Para alcançar resultados significativos no Open Finance, é importante contar com uma equipe altamente técnica que compreenda os desafios e as oportunidades do setor.

Destaco 3 pontos para análise que podem mudar drasticamente a entrega de valor e "coleta" de oportunidades.

- Tecnologia empregada: é crucial para a entrega rápida de funcionalidades e demandas regulatórias;
- Estrutura organizacional: a interação entre os times de trabalho deve ser eficiente e sem gargalos operacionais.
- Acompanhamento do ecossistema: o ecossistema do open finance gera muito conteúdo que deve ser consumido e implementado para adequação tecnológica e regulatória, recomendo como materiais os informes e documentação disponível neste link.

Em termos de desafios na prática são:

- Certificação do OpenId Foundation;
- Certificados de Segurança;
- Testes Funcionais;
- Testes em Produção (Onboarding);
- Homologação com as Detentoras de Conta;
- Constante atualização regulatória;
- Constante mudança de tecnologia e fluxos;



Guilherme Decampo

CTO do Iniciador e sub-coordenador do GT de Especificações de Serviços do Open Finance



Rogério Melfi

Especialista em Open Finance e ex-líder do Comitê da ABFintechs

Visão dos especialistas

Como você vê a evolução dos pagamentos via Open Finance nos próximos meses?

A iniciação de pagamento em Open Finance, está apenas começando. Nos próximos meses vejo ainda uma evolução no número de ITP (Iniciador de Transação de Pagamento), que primeiramente vão facilitar alguns pagamentos únicos.

Tão logo seja implementado os pagamentos agendados e o consentimento para pagamentos recorrentes de valores variados, iremos ver o número de soluções e usuários utilizando pagamentos via Open Finance crescendo de maneira exponencial.

Como está sendo a colaboração da indústria em relação à evolução do ecossistema de pagamentos via Open Finance?

Os pagamentos via Open Finance, passam pelo processo de auto regulação do mercado, então a colaboração é fundamental para uma boa especificação destas transações, atendendo as necessidades das fintechs, cooperativas e bancos. Mas principalmente esta colaboração visa, atender as necessidades dos usuários para uma melhor experiência.

Assim, além da colaboração existente nos grupos de trabalho e no conselho do Open Finance, ela continua acontecendo em grupos de conversas para ajudar em testes e trocando informações sobre documentações.

Qual fator você acredita ser fundamental para a alta adoção de pagamentos via Open Finance? Por que?

O Pagamento Recorrente Variável (PRV), acredito que será o grande acelerador dos pagamentos via Open Finance. Pois a partir dele o consentimento não será para apenas um único pagamento, mas sim por um período maior, de forma recorrente e com o valor variável.

O que você vê como algumas das armadilhas para os pagamentos via Open Finance?

A experiência do usuário é uma das barreiras para adoção de pagamentos via Open Finance, assim se para cada pagamento será um novo consentimento esta experiência não fica fluida.

Quais são suas perspectivas para o Open Finance no Brasil?

Eu vejo o Open Finance como uma infraestrutura de conectividade entre o sistema financeiro. O Open Finance vai ajudar o sistema financeiro a ser mais inovador, logo o mercado contará com soluções que não eram possíveis sem ele. O Open Finance vai ajudar o sistema financeiro a ser mais eficiente, pois é necessário a revisão dos processos atuais para garantir a resposta ágil aos clientes. O Open Finance acaba sendo um fermento para surgirem novas empresas e novas soluções voltadas aos clientes (PJ e PF), no atendimento de nichos, mas com inteligência de dados.

Visão dos especialistas

Como você vê a evolução dos pagamentos via Open Finance nos próximos meses?

O mundo de pagamentos no Brasil já vem passando por profundas transformações. Mas isso tudo que vimos até agora, que já parece muito, é pouco diante das enormes mudanças que ainda virão. Pagamentos (e sua contraparte, recebimentos) são essenciais, contínuos e cotidianos na vida das pessoas e das empresas. São a parte mais tangível, visível e perceptível de Serviços Financeiros.

Estamos em um momento em que vários vetores de transformação se cruzam. O que vem do front regulatório, no qual se destacam o Pix e Open Finance atualmente, além de já termos em perspectiva o Real Digital (CBDC), a internacionalização da moeda e a tokenização de ativos e contratos. E isso se cruza com as mudanças que vêm do lado da oferta (neobanks, fintechs, marketplaces, omnifinance, embed finance, Banking as a Service etc) e da demanda (mudanças no comportamento do consumidor e das empresas).

Diante disso, os próximos meses serão parte de uma jornada mais ampla e mais longa, que está em processo. Arcabouços legais vêm sendo – continuarão a ser – criados, ajustados e aperfeiçoados. E o Banco Central, nesse sentido, tem se mostrado muito consciente, proativo, antecipador e indutor, além de estabelecer um diálogo contínuo e saudável com os agentes de mercado. Além disso, há um processo de aprendizado, adaptação e identificação de oportunidades (além de ameaças) por parte dos agentes de mercado, que transformam as regras em realidade. E realimentam e geram aperfeiçoamentos na moldura regulatória. Nesse processo, os usuários finais, pessoas e empresas, são os que estabelecem o teste ácido da realidade, demonstrado pelo grau de entendimento e principalmente adoção.

E esse processo todo está em pleno desenvolvimento. Mesmo o Pix, destaque de inovação em pagamentos, e já um grande sucesso de público e de crítica, ainda está engatinhando em relação a seu potencial. Seu encontro com o Open Finance, via Iniciador de Pagamentos, também é ainda um recém-nascido, cheio de possibilidades. Mas que deve primeiro se manifestar em ampliação de oferta, experimentação e adoção em nichos e evoluindo para um uso mais amplo.

Boanerges Ramos Freire

Presidente na Boanerges & Cia Consultoria





Boanerges Ramos Freire

Presidente na Boanerges &
Cia Consultoria

Visão dos especialistas

Como o Varejo pode utilizar a iniciação de pagamento na sua visão?

O Varejo é essencial na vida das pessoas. É ele que faz a ponta final do consumo, levando produtos e serviços que atendem às necessidades dos consumidores. E, no processo de servir o cliente, o pagamento é um componente chave para garantir uma experiência fluida, segura e satisfatória para o comprador e para o vendedor. **É nesse contexto que a Iniciação de Pagamento pode - e deve - fazer diferença em relação às práticas e processos atuais. Será uma maneira de integrar melhor o pagamento com a interação do cliente com o varejista, garantindo um processo mais rápido, simples, com menos atrito.**

Para o varejista, isso aumenta a conversão de vendas (evitando os gargalos e disfunções de pagamentos que fazem muitas vendas se perderem, principalmente em canais eletrônicos). Para o cliente, há um potencial de gerar maior satisfação com esse novo processo mais integrado.

Varejistas mais antenados e inovadores podem usar a Iniciação de Pagamentos como um diferencial competitivo, enquanto seus pares ainda estão limitados aos processos e meios tradicionais de pagamento. E, ao longo do tempo, podem criar diferenciais de serviço, processo e personalização, que os mantenham à frente dos concorrentes.

Como já tem acontecido com o Pix, o Varejo é o grande canal para fazer a inovação da Iniciação de Pagamento chegar ao consumidor. De forma simples e didática, o varejista pode apresentar a possibilidade, orientar, apoiar e aculturar seu cliente. E esse, depois de perceber a facilidade e os ganhos no processo, passa a adotar e também indicar para familiares e amigos, favorecendo a expansão e aculturação.

Visão dos especialistas

Qual fator você acredita ser fundamental para a alta adoção de pagamentos via Open Finance? Por quê?

Para que o Open Finance funcione em geral e mais especificamente no front de pagamentos, é necessário haver uma combinação de fatores, que vão se somando, se reforçando e criando um efeito multiplicador. A regulação traz a moldura legal, as empresas de serviços financeiros, junto com os provedores de soluções tecnológicas, viabilizam a oferta. Mas a mágica só se completa quando os agentes na ponta – no caso, pagadores e recebedores, vendedores e compradores, pessoas físicas ou empresas – conhecem as novas soluções, experimentam e identificam benefícios relevantes, que as levem a repetir e adotar continuamente, além de dar referências positivas para outras pessoas e empresas.

No caso da relação de consumo, só quando varejistas perceberem as vantagens e benefícios para si e para seus clientes, e passarem a oferecer e estimular essa nova forma de pagar, é que ela ganhará relevância. E caberá aos consumidores, com sua experiência positiva e favorável, transformar a experiência inicial em adoção plena. E, além do papel didático e de orientação do varejista para seus clientes, estímulos financeiros (descontos, condições especiais etc) podem ser um fator muito relevante para a experimentação inicial.

Quais são suas perspectivas para o Open Finance no Brasil?

O Open Finance no Brasil só está começando e ainda está engatinhando. Tem um potencial imenso de transformação no mundo de serviços financeiros, tanto para pessoas como para empresas, além de todo o ecossistema de oferta e provedores.

Sendo, por um lado, uma moldura regulatória e conceitual, lança novas bases e promove novas práticas, que certamente vão ter seu tempo de maturação por parte dos vários agentes do mercado de serviços financeiros, principalmente os que estão na ponta, pessoas e empresas. Não é um produto ou serviço pontual. É uma nova maneira de buscar, oferecer, gerenciar, comprar e vender serviços financeiros, com um enorme espectro de temas envolvidos. Desde o pagamento e recebimento no dia a dia, até o coração dos serviços financeiros, que é o crédito, passando por investimentos, seguros, previdência, câmbio etc. E tudo isso permeado e lubricado por abordagens de gestão de relacionamento – conhecer, reconhecer, fidelizar, recompensar – o cliente. Que, agora, passa a ser efetivamente o centro e o foco, e devidamente empoderado em relação a seus dados, histórico e poder de decisão.

E os principais benefícios desse processo – maior acesso, redução de custos, melhor qualidade, maior competição – serão o grande combustível para alimentar a expansão do Open Finance no Brasil, tornando-o algo plenamente incorporado em nossa realidade. **Aliás, os grandes beneficiários – consumidores pessoas físicas e jurídica – não precisarão nem entender o que são nem como funcionam as engrenagens do Open Finance. Precisam apenas sentir, de forma simples, prática e efetiva, seus benefícios. E, assim, adotar mais e mais as novas práticas.**



Boanerges Ramos Freire

Presidente na Boanerges & Cia Consultoria





Edson dos Santos

Fundador da Colink Business Consulting

Visão dos especialistas

Quais são algumas das grandes tendências em pagamentos na sua opinião?

Quando falamos de pagamentos, estamos falando de algo que está em constante transformação e sempre se adequando às mudanças e preferências do consumidor. Ou seja, o varejo se transforma para atender as necessidades de consumidores cada vez mais exigentes, o que provoca também as transformações nas formas como pagamos. Nas últimas décadas, o que temos visto é exatamente isso: pagamentos ficando cada vez mais simples e fáceis, do ponto de vista de experiência do pagador, e mais modernos, rápidos e seguros.

Acredito que no futuro os pagamentos estarão tão envolvidos no comércio que vamos efetuar uma compra e o pagamento acontecerá sem que tenhamos que pensar nele, hoje já acontece isso, por exemplo, quando usamos um aplicativo de transporte, como o Uber.

A forma de pagar já está definida, sem que você tenha que executar alguma ação ou mesmo pensar nela. Além disso, a forma como pagamos academias, assinaturas e outros tipos de consumo recorrentes, já estão cada vez mais automatizadas. Essa é a tendência que vislumbro para o mercado de pagamento: eles serão cada vez mais simples, invisíveis e embutidos no ato de compra automaticamente.



Edson dos Santos

Fundador da Colink Business Consulting

Visão dos especialistas

O que foi fundamental para a introdução do Pix e do Open Finance no Brasil?

Eu acredito que a peça fundamental é que ao longo dos anos, principalmente nas décadas de 1970 e 1980, nós desenvolvemos no Brasil um sistema financeiro bastante complexo, robusto e que foi extremamente melhorado com a implementação do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) no início dos anos 2000. **Naquela época o Brasil vivia um período de instabilidade econômica e hiperinflação. Portanto, mover o dinheiro com velocidade era muito importante para não perder o poder de compra da moeda. Então, o que ocorria era que muitas vezes enviar o produto de avião poderia ter um custo mais adequado porque você antecipa o recebimento do pagamento e reduz a perda do poder aquisitivo.** Este cenário econômico fez com que a gente desenvolvesse sistemas de compensação velozes, por exemplo.

A partir de 2000 e 2001, com a introdução do DOC e TED, passamos a ter um sistema único e padronizado de transferências bancárias, centralizadas em uma única clearing (que no caso é a CIP - Câmara Interbancária de Pagamentos). A criação de um sistema de pagamento instantâneo (Pix) e o Open Finance foram facilitadas.

Além disso, o Banco Central do Brasil é um regulador muito técnico e competente que não estuda apenas as necessidades internas da indústria, mas principalmente como outros reguladores estão superando desafios em seus respectivos sistemas financeiros, ou seja, o Bacen aprende com os erros e acertos de outros países, incorporando em sua agenda de inovação as boas práticas internacionais.

Resumidamente, acredito que sejam estes 2 fatores que explicam o sucesso do Pix e Open Finance: um sistema financeiro sofisticado e bem integrado; um regulador competente e atento com as evoluções que ocorrem ao redor do mundo.

Visão dos especialistas

Você sempre fala que o pagamento instantâneo no Brasil pode ser disruptivo, por que?

O Pix, combinado com Open Finance e o que virá do Real Digital, cria um novo "trilho" de pagamento totalmente digital e programável, com potencial disruptivo.

O "trilho" de pagamento com cartões é hoje o mais utilizado pelo consumidor brasileiro (a Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (ABECs) estima que estamos atingindo cerca de 60% do consumo privado brasileiro com algum meio de pagamento digital) e apesar das inovações evolutivas incorporadas ao longo de 50 anos, esta indústria ainda opera da mesma forma, ainda que seja mais rápida, eficiente e segura.

Quando você usa o seu cartão de pagamento em uma transação comercial, você tem a sensação de que o pagamento foi realizado em 5 segundos, mas na verdade o que aconteceu nesse período de tempo foi a obtenção de um código de autorização. O que acontece depois disso? Em geral, no final de cada dia se dá início a um processamento em lotes (processamento batch). Isso não ocorre somente no Brasil, o mundo inteiro ainda processa em lotes durante a madrugada. No caso brasileiro, esse processamento envolve preparar a liquidação das transações com cartões de débito no dia e agendar a liquidação das transações de crédito na data combinada com o estabelecimento comercial - pode ser em 30 dias, antecipado ou parcelado a cada 30 dias a partir daquela data.

Estamos falando de uma indústria complexa, onde mais de 25 tipos de empresas atuam em conjunto, para produzir essa sensação de que pagamos em cerca de 5 segundos. Por exemplo, para que você receba um cartão de pagamento na sua casa, temos o fabricante do plástico, do chip, da empresa que preparou esse chip com instruções que possibilitem a operação; outra que fez o processo de validação do consumidor (KYC - Know Your Customer e AML - Anti-Money Laundering) e por fim a que fez com que a entrega fosse realizada de maneira segura. Assim, apenas do lado da emissão, já é possível contar mais de 5 tipos de empresas atuando em conjunto. Do lado da captura ocorre a mesma coisa e assim por diante. Desta forma, essa indústria é complexa e cheia de intermediários, consequentemente se tornando uma indústria cara.

A história nos ensinou que toda indústria complexa já foi ou será transformada, o grande exemplo é o que aconteceu com a indústria da fotografia.

Agora, o que vai transformar a indústria de pagamento no Brasil? No livro Payments 4.0, descrevemos seis forças que estão transformando o mercado brasileiro, são elas: a concorrência atual, os novos entrantes, a evolução do varejo, os agentes reguladores, as novas tecnologias e os novos consumidores. Entretanto, o grande destaque é sem dúvida nenhuma o Pix.

No novo "trilho" de pagamento, no qual o Pix já é um sucesso, vemos a aplicação de uma tecnologia totalmente digital, que desmaterializa alguns processos (por exemplo, o cartão não ser mais necessário), desintermedia diversos players (só é preciso de um banco) e consequentemente "desmonetiza" (reduzindo o custo da transação) e democratiza, produzindo a inclusão financeira. **Podemos esperar um crescimento exponencial da utilização do Pix como forma de pagamento, principalmente com a iniciação de pagamento e as novidades que estão na agenda evolutiva do Bacen.**



Edson dos Santos

Fundador da Colink Business Consulting



Gabriel Pereira

Fundador do Let's Open

Visão dos especialistas

Como você vê a evolução dos pagamentos via Open Finance nos próximos meses?

Acredito que o principal movimento de adoção dessa forma de pagamento será por conta dos checkouts em e-commerces. Já vimos grandes varejistas anunciando testes nesse sentido. O foco deles em conversão e melhoria da jornada fará toda diferença para a Iniciação de Pagamentos e todos do ecossistema se beneficiarão disso.

Ainda é preciso dizer que a instabilidade de alguns players para serem iniciados é um ponto relevante e que precisa ser superada logo. Mesmo assim estou bem otimista com os próximos meses.

Como está sendo a colaboração da indústria em relação à evolução do ecossistema de pagamentos via Open Finance?

Todo o contato que tenho com as pessoas só aponta para uma direção: colaboração. Todos têm telhado de vidro e estão aprendendo juntos como fazer esse ecossistema, não é o momento de apontar dedos ou de criar soluções mirabolantes dentro de quatro paredes.

É preciso continuar testando e se comunicando. Nunca ouvi falar de tamanha colaboração nesse ambiente, é de se orgulhar!

Qual fator você acredita ser fundamental para a alta adoção de pagamentos via Open Finance? Por que?

Quando a fricção para realizar o pagamento for igual ou menor do que a atual a experiência certamente será superior. Para isso, é preciso que consigamos vencer o redirecionamento entre instituições, o famoso redirect, que consome um certo tempo e pode complicar para o usuário.

Soluções como Pagamentos Recorrentes Variáveis e também como device binding adotado na Índia, podem facilitar essa experiência e fazer com que o usuário realmente dê poucos cliques para efetuar um pagamento.

O que você vê como algumas das armadilhas para os pagamentos via Open Finance?

A principal armadilha é aumentarmos o escopo (arranjos participantes) ao invés de melhorarmos o fluxo de aprovação do pagamento em si. A identificação do usuário e o redirecionamento entre apps de instituições, se não bem cuidadas, podem ser as vilãs de uma adoção mais ampla.

Quais são suas perspectivas para o Open Finance no Brasil?

Muito positiva. Fazer parte dessa agenda de inovação do Banco Central é um privilégio. Ao mesmo tempo, o elevado nível de engajamento de todo o ecossistema traz a certeza de que iremos avançar pra direção certa de um ecossistema, não só financeiro, aberto.



Gustavo Lino

Presidente na INIT -
Associação de ITPs

Visão dos especialistas

Como você vê a evolução dos pagamentos via Open Finance nos próximos meses?

Acredito que estamos em um momento importante para a evolução do Open Finance no Brasil. **A agenda evolutiva para 2023 deverá incluir diversos temas importantes para o ecossistema, incluindo os Pagamentos Recorrentes Variáveis (ou VRP - Variable Recurring Payments) e outras melhorias na experiência do usuário. Esses novos pontos, em conjunto com a agenda do Pix, ampliarão as possibilidades de uso da iniciação de pagamentos no Brasil, inclusive entre PJs - que hoje tem uma adoção mais baixa no Brasil.**

Além disso, vemos o Banco Central muito comprometido com o tema e fiscalizando as instituições para garantir o cumprimento dos prazos. Isso é muito importante, considerando o amplo escopo de temas tratados pelo Open Finance no Brasil - que tem tudo para ser uma grande referência mundial no tema. **O avanço das discussões sobre Fases 2 e 4 em 2023 também deve trazer pontos muito importantes para garantir o máximo benefício do Open Finance no Brasil, sempre com foco no usuário final.**

Como está sendo a colaboração da indústria em relação à evolução do ecossistema de pagamentos via Open Finance?

Ainda temos um longo caminho a percorrer, mas já avançamos muito - diversos temas são aprovados por consenso hoje. **A forma que o Banco Central encontrou para as discussões no Open Finance no Brasil garante que o maior número de instituições e modelos de negócio possam ter voz na construção do ecossistema.** Quanto maior a representatividade na construção, mais perto estamos de ter um modelo aberto - que facilite a competição e inovação entre as instituições participantes, justamente o maior objetivo da agenda de inovação do BC.

Qual fator você acredita ser fundamental para a alta adoção de pagamentos via Open Finance? Por quê?

Alguns temas da agenda evolutiva são essenciais para garantir uma adoção ampla do Open Finance pelos usuários - como o VRP, por exemplo. **Além disso, é importante que se mantenha sempre o foco no benefício ao usuário final, garantindo uma melhor experiência. Para isso, é importante reduzir algumas fricções nos fluxos atuais, incluindo os fluxos para Pessoa Jurídica (PJ).**

Também é essencial que algumas novas funcionalidades sejam implementadas no ecossistema para possibilitar novos casos de uso e que ampliem as formas como o Open Finance pode se encaixar no dia a dia do usuário. A entrada em produção da Fase 4 e consolidação da Fase 2 também podem ajudar bastante nesse ponto.



Gustavo Lino

Presidente na INIT -
Associação de ITPs

Visão dos especialistas

Quais são suas perspectivas para o Open Finance no Brasil?

A perspectiva sobre o Open Finance no Brasil é muito otimista. **A visão do BC sobre o tema é ambiciosa e nos coloca na vanguarda mundial - porém ainda temos muito a construir.** Não é novidade que o nosso sistema de pagamentos é um dos mais avançados do mundo também, o que facilita a construção desse novo ecossistema, assim como a adoção por parte do usuário - uma vez que uma parcela significativa da população foi digitalizada com a implementação do Pix. Com isso, boa parte do caminho para uma adoção ampla do Open Finance já foi traçado.

Por fim, temos que garantir o avanço dos temas da agenda evolutiva em 2023, expandindo os casos de uso do Open Finance, ampliando o número de instituições participantes e corrigindo as falhas encontradas até agora.



Luana Soratto

Coordenadora do Comitê de Open Finance da ABFintechs

Visão dos especialistas

Como você vê a evolução dos pagamentos via Open Finance nos próximos meses?

A utilização de pagamentos via Open Finance está muito tímida ainda no Brasil. Apesar de já termos 14 iniciadoras de pagamento homologadas, o que mostra o interesse do mercado e visualização dos benefícios, apenas 3 delas disponibilizam a funcionalidade aos clientes.

O Mercado Pago foi o pioneiro, ficando pronto para operar em março deste ano, mas ainda não implementou a iniciação no Mercado Livre, por exemplo. O que eu vejo para os próximos meses é um amadurecimento natural e necessário de um ecossistema tão novo, fazendo com que os ITPs se sintam preparados para impulsionar as soluções de pagamento construídas.

Como é a colaboração da indústria em relação a evolução do ecossistema de pagamentos via Open Finance?

O início, para ser sincera, não foi nada fácil. Uma porque é tudo muito novo, temos referências de UK e Índia, mas nestes países não temos Pix. A experiência do usuário com o Pix, seja, com chave, QR Code ou Copia e Cola, já é muito boa, então foi difícil pensarmos em soluções melhores com o tempo que tínhamos.

Outro ponto de preocupação foi a segurança, sempre em primeiro lugar. **Além disso, quando iniciamos as conversas, ninguém era ITP ainda, ou seja, estávamos todos construindo algo que não sabíamos exatamente por quem e quando seria utilizado! Uma loucura. Agora com players gigantes com licença e homologados, como Itaú, Bradesco e Banco do Brasil, e também Fintechs como Celcoin, Quanto, U4C e Fintech Magalu, as coisas seguramente andarão mais rápido.**

Qual fator você acredita ser fundamental para a alta adoção de pagamentos via Open Finance? Por que?

Precisamos focar na experiência do usuário, ainda temos muito que evoluir nesse quesito. Hoje, a experiência proporcionada, apesar de reduzir o número de cliques, não difere tanto da experiência do Pix Copia e Cola. Se pudéssemos ter solicitação de pagamentos que não redirecionassem todas as vezes o usuário para o banco onde o dinheiro está, teríamos um grande ganho. E já temos tecnologia para fazer isso mantendo a segurança adequada. Além disso, precisamos avançar com a agenda regulatória da Fase 3 (iniciação de pagamento).

Está previsto o pagamento variável recorrente, débito automático, boletos entre outros. Em todos esses casos, podemos proporcionar uma experiência incrível ao usuário, onde este poderá, de uma forma muito fácil, cadastrar qualquer tipo de pagamento recorrente, substituindo o débito automático que temos hoje, moroso e que não dependa só do cliente. Também temos que avançar com as possibilidades de pagamentos em diferentes dispositivos: iniciar no desktop e finalizar no mobile, e até jornadas mais avançadas, como começar um pagamento em uma assistente virtual como Alexa, e finalizar confirmando no celular.



Luana Soratto

Coordenadora do Comitê de Open Finance da ABFintechs

Visão dos especialistas

O que você vê como algumas das armadilhas para os pagamentos via Open Finance?

As empresas investiram para tornarem-se ITPs. Sejam elas as que já eram instituições financeiras reguladas pelo Banco Central e principalmente as que conseguiram a licença de ITP, que chamamos de iniciadores puros. Fizeram isso esperando as funcionalidades citadas acima.

Então, precisamos avançar com essa agenda e melhorias, para que os ITPs possam disponibilizar as experiências aos usuários, ter os benefícios que esperaram, e impulsionar a utilização do Open Finance para seus clientes. **E com isso também novos ITPs vão surgir, fazendo com que o pagamento via Open Finance tenha um maior alcance e penetração em checkouts.**

Quais são suas perspectivas para o Open Finance no Brasil?

O que eu espero e torço que aconteça no Brasil, antes de mais nada, é que mais instituições financeiras sejam participantes voluntários de Fase 2, compartilhamento de dados. Ainda temos players importantes que estão de fora, como Inter, C6, XP, Neon, PagBank entre outros. Assim como mais iniciadoras de pagamento, claro. Gostaria de ver, em 2023, a opção de pagamentos por Open Finance em todos os marketplaces do Brasil.

Tenho a expectativa, também, de cases que juntem fase 2 e fase 3. Por exemplo: visualização de saldo de outra instituição e aplicação automática em investimentos, ver agenda de pagamentos em uma ferramenta de gestão financeira e iniciar um pagamento independente de onde o saldo estiver e etc.



Rodrigo Henriques

Diretor de Inovação
da Fenasbac

Visão dos especialistas

Como você vê a evolução dos pagamentos via Open Finance nos próximos meses?

Vamos passar por um momento chave na agenda evolutiva do open finance no Brasil e a adoção de pagamentos via open finance é uma das chaves dessa evolução. Precisamos garantir que as pessoas conheçam e usem as iniciadoras de pagamento para expandir ainda mais o valor do sistema financeiro aberto que desenhamos para o brasileiro.

Na sua visão como é a colaboração entre o Banco Central e o mercado para construção do sistema financeiro.

Especialmente no Pix, Open Finance e CBDC, a dinâmica de colaboração do Banco Central brasileiro com todos os agentes do mercado financeiro é exemplar. A construção do Pix, do Open Finance e do Real Digital tem seguido caminhos diferentes, mas todos percorrem o caminho da intensa colaboração e troca entre o BC e as IFs. **Os grupos de trabalho, os laboratórios de inovação como o LIFT e as estruturas de governança tem ajudado a construir um sistema financeiro novo, ainda mais competitivo e inclusivo que só é possível quando há plena participação de todos os agentes do mercado.**

Quais são suas perspectivas para o Open Finance no Brasil?

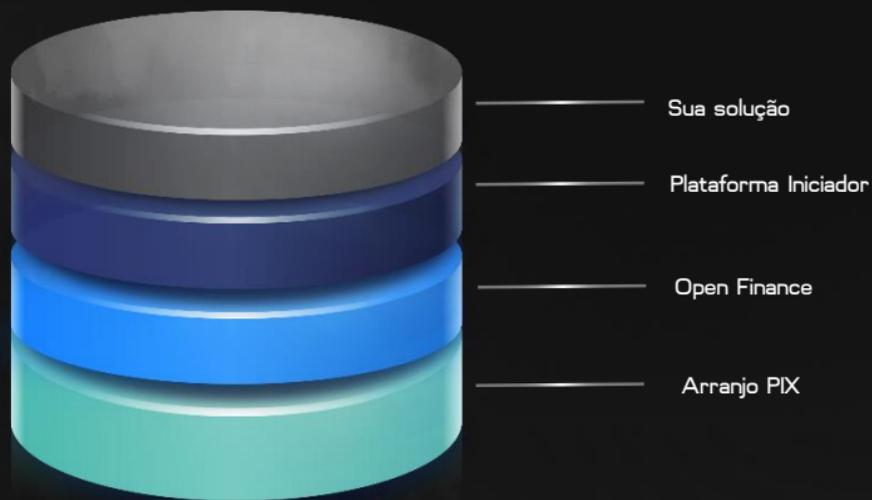
2023 parece ser o ano do Open Finance no Brasil. Esse deve ser o ano que superamos a fase estritamente regulatória do open finance e passamos, como sociedade, a usufruir dos novos serviços que podem ser criados a partir do modelo de dados abertos e novas figuras regulatórias.

Qual fator você acredita ser fundamental para a alta adoção de pagamentos via Open Finance? Por que?

Diferente do Pix, que tinha sua finalidade bem definida, o Open Finance não é um serviço e sim um conjunto de regras e estruturas que facilitam a criação de novos e melhores serviços financeiros. A adoção de pagamentos via open finance passa pela consolidação desses novos produtos e serviços disponibilizados a partir do open finance. Comparadores, agregadores e encaminhadores de proposta de crédito devem passar a fazer parte do dia a dia das pessoas para que tenhamos uma alta adoção dos serviços de pagamento via open finance.

Sobre a Plataforma Iniciador

A Plataforma dos Iniciadores de Pagamento



Esqueça a complexidade da Iniciação de Pagamento.

Escolha simplicidade, agilidade e economia para lançar a sua própria solução Plug-and-Play e White Label de Iniciação de Pagamento.

Desenvolvido para atender instituições autorizadas com a própria "Licença ITP" e também empresas distribuidoras no modelo de Sub-Iniciador.

Plataforma pronta para distribuição

Interface White Label

Sua marca, maximizada para conversão e sempre atualizada e em compliance com a regulação do Open Finance e do Arranjo Pix.

Antifraude Integrado

Feito sob medida para a Iniciação de pagamento, com resposta imediata e sem prejuízo na jornada para maximizar a conversão.

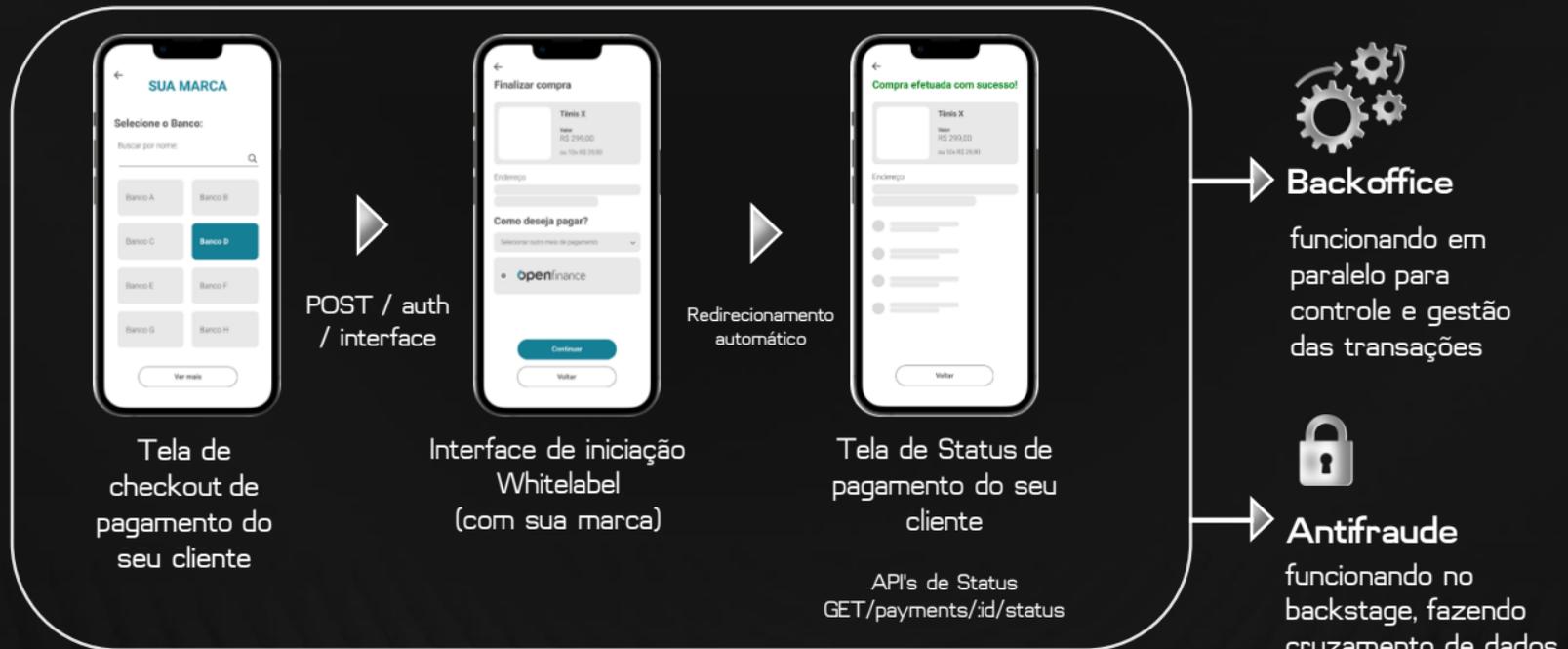
Backoffice & APIs de Gestão

Portal e APIs que permitem a administração da Plataforma e todos os pontos para escala da distribuição.



Solução PLUG-AND-PLAY para Iniciação de Pagamento.

Estrutura especializada e escalável em iniciação de pagamentos para que seu foco seja o core business.



Faça uma Doação e teste a Iniciação de Pagamento



Realize uma doação para uma das ONGs selecionadas, utilizando o fluxo de pagamento da Iniciação de Pagamento.

[Clique aqui para doar](#)